

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG E SUAS
POLÍTICAS HABITACIONAIS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO
PROJETO DE HABITAÇÃO SOCIAL “PADRE THIAGO”.**

VIÇOSA – MG
JULHO DE 2018

LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG E SUAS
POLÍTICAS HABITACIONAIS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO
PROJETO DE HABITAÇÃO SOCIAL “PADRE THIAGO”.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Geografia.
Orientador: Prof. André Luiz Lopes de Faria

VIÇOSA – MG

JULHO DE 2018

LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ-MG E SUAS
POLÍTICAS HABITACIONAIS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO
PROJETO DE HABITAÇÃO SOCIAL “PADRE THIAGO”.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como requisito
para a obtenção do título de bacharel em
Geografia.

APROVADA: de julho de 2018.

Prof. André Luiz Lopes de Faria
Departamento de Geografia - UFV
Orientador

Fernanda Machado Ferreira
Doutoranda em Extensão Rural – UFV

Francisco de Deus Fonseca Neto
Professor do IFES – Vitória

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do Município de Muriaé – MG	11
Mapa 2 – Expansão da mancha urbana do município de Muriaé (1985)	33
Mapa 3 - Expansão da mancha urbana do município de Muriaé (1995).....	35
Mapa 4 - Expansão da mancha urbana do município de Muriaé (1985-2017)	37
Mapa 5 – Distâncias entre bairros e o centro de Muriaé-MG.....	42
Mapa 6 - Bairro Padre Thiago e seu entorno (2018)	53
Figura 1 - Vista do centro de São Paulo do Muriaé – 1905	22
Figura 2 e 3 – Perfil imobiliário e urbano do bairro São Francisco (BNH)	30
Figura 4 e 5 – Perfil imobiliário e urbano do bairro João XXIII (BNH)	31
Figura 6 e 7 – Perfil imobiliário e urbano dos bairros atendidos pelo MCMV.	40
Figura 8 – Fachada do residencial “Nova Muriaé	43
Figura 9 - Bairro Popular “Vermelho II”	44
Figura 10: Planta baixa do projeto “Pró-Moradia”	47
Figura 11: Residência padrão do Pró-Moradia	51
Figura 12: Residência ampliada do Pró-Moradia	51
Figura 13: Ausência de aparelhamento urbano. BR-356 (2018)	54
Figura 14: Ausência de aparelhamento urbano. BR-356 (2018)	55
Figura 15: Vista aérea dos bairros Padre Thiago e Santa Laura (2017)	56
Figura 16: Vista de trecho da Via Saúde (2018)	57
Figura 17: Entrada do bairro Padre Thiago	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação;

COHAB-MG – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

MCMV – Minha Casa Minha Vida;

ONG – Organização Não-Governamental;

SESC – Serviço Social do Comércio;

SFH – Sistema Financeiro de Habitação;

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	07
2.OBJETIVOS	09
2.1. OBJETIVO GERAL	09
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	09
3.JUSTIFICATIVA	09
4.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
5.MATERIAIS E MÉTODOS	11
5.1.ÁREA DE ESTUDO	11
6.CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
6.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MURIAÉ-MG	14
6.2 EXPRESSÕES NO ESPAÇO URBANO DO SÉC. XX	20
7.A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E OCUPAÇÃO PERIFÉRICA	28
8.O BAIRRO PADRE THIAGO E SEU PERFIL PERANTE OUTROS MODELOS: CRÍTICAS E PROPOSTAS	45
8.1 HISTÓRICO	45
8.2 CARACTERÍSTICAS DO PROJETO	46
8.3 PERCEPÇÕES ACERCA DO COTIDIANO DO BAIRRO	48
8.4 ESTRUTURA DAS CASAS E MOBILIÁRIO URBANO	50
8.5 REDEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS E NOVOS USOS: DISCUSSÕES E PROPOSTAS.....	52
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
11 ANEXOS	64

1- INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas recentes, a dinâmica de ocupação territorial nos espaços urbanos e rurais passaram por longas e efetivas transformações sociopolíticas. No contexto brasileiro, percebemos com maior clareza esse recorte metamórfico constante da paisagem, a partir da metade do século XX, onde o êxodo rural se consolida como um dos maiores fenômenos demográficos já presenciados.

Tal movimento migratório por si só não consegue responder a todas as questões que podem ser levantadas sobre as causas do efeito urbano-expansionista nos grandes e médios centros, ou seja, seu efeito de desdobramento deve ser objeto de múltiplas análises, tanto de cunho estrutural quanto social. Mas quando centralizamos em uma abordagem de teor generalista, observamos que a problemática principal das grandes cidades na atualidade diz respeito sobre a forma contínua e desordenada no qual ela ocupa seus espaços.

Apesar da construção recente de se pensar a cidade enquanto função, atendendo demandas de múltiplos segmentos, é notável que a espacialização de territórios marginalizados ainda é fruto de um passado negligenciado politicamente e omissos nas pautas de sistematização, transitando em temas delicados como moradia social e o direito à cidade. Diante de uma realidade territorial urbana que se aproximou cada vez mais no modelo de especulação imobiliária, sendo esse, um dos agentes modeladores da segregação espacial atual, as questões voltadas para as urgências fundiárias soergueram-se nos debates sociais, exigindo planejamento para a resolução desses problemas.

Como resultado desse processo, diversos modelos e tentativas de se resolver a problemática habitacional permearam-se nos cenários recentes, desde a esfera federal, onde se iniciam abordagens da iniciativa pública para o acesso populacional ao crédito imobiliário, como o COHAB – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais e BNH – Banco Nacional de Habitação nos anos 1970 e 1980 (absorvidos pela classe média da época), passando por um novo movimento a partir da década de 2000, que populariza e amplia o espectro da oferta (e foca principalmente na faixa populacional de baixa renda), até a iniciativa pública e

privada, onde ocorrem movimentos isolados entre ONG's¹, entidades religiosas, municípios e atores independentes. (CIRINO,2012)

Dessa forma, sabendo da necessidade de se pensar e discutir as questões de moradia das cidades médias², o presente trabalho de monografia buscou entender o recorte recente da urbanização de Muriaé, município interiorano do estado de Minas Gerais, e suas manifestações habitacionais enquanto produto desse processo. Além disso, utilizou-se como propriedade de análise o atual bairro “Padre Thiago”, sendo esse, conjunto de moradia social sem fins lucrativos gestado entre Igreja Católica, moradores e parcerias público-privadas, na hipótese de que seria uma alternativa expressiva às imprecisas políticas públicas de habitação, para entender seu protagonismo: função social, modelo estrutural, sua expressão no meio urbano, assim como suas potencialidades e deficiências.

Para a realização deste trabalho, seu conteúdo foi dividido em três etapas com o objetivo de uma melhor compreensão acerca do tema: Na primeira parte, foi realizada uma contextualização histórica do município de Muriaé, a partir de bibliografias regionais, versando suas origens no interior da Zona da Mata Mineira até sua consolidação enquanto centro urbano;

Na segunda etapa, desenvolveu-se um mapeamento temático, por meio de imagens orbitais LANDSAT 5 e 8, para ilustrar e auxiliar na reflexão acerca da relação entre a expansão da mancha urbana (1985 -2017) e a intensificação das políticas públicas de habitação, assim como na identificação territorial de sua manifestação, o fenômeno de especulação imobiliária e o surgimento dos modelos sociais de habitação enquanto resposta para a urgência de classes marginalizadas.

Como parte final, foi realizada uma identificação sobre a estrutura e funcionamento do bairro “Padre Thiago”, localizado na periferia da cidade: sua resposta para a carência de políticas públicas eficazes, a percepção dos moradores sobre o local, seus acertos, problemas, necessidades e sugestões de pautas para o poder público municipal.

¹ Organizações Não-Governamentais;

² Compreende-se aqui por cidade média não somente aquela denominação clássica (Ex: acima de 100mil habitantes já é cidade média), mas também toda a relação de infraestrutura disponível como influência econômica, funcionalidade desempenhada e importância regional.

2- OBJETIVOS

2.1- Objetivo geral:

- Analisar o processo de urbanização da cidade de Muriaé-MG (1985-2017) e suas manifestações de políticas públicas habitacionais;

2.2- Objetivos específicos:

- Identificar os modelos de habitação social ao longo das décadas recentes e relacioná-los com a expansão da cidade;
- Analisar, compreender e identificar o processo de desenvolvimento do bairro Padre Thiago, refletir sobre seu modelo de habitação, assim como coletar dados sobre sua estrutura e vivência coletiva;
- Identificar os avanços, problemas e questões do bairro Padre Thiago e a partir disso, elencar propostas de intervenção urbana.

3- JUSTIFICATIVA

A justificativa dessa pesquisa se dá pelo próprio processo de urbanização, sendo esse, dinâmico e, de ocorrência em várias escalas de análise, além de ser uma preocupação ao redor de todo o globo terrestre. Lambin e Geist (2001) apontam prognósticos para as próximas décadas que ressaltam a tendência de um acelerado crescimento das cidades. (LAMBIN e GEIST, 2001). Como conflito dessa urbanização intensa, é de conhecimento o crescimento e a expansão não sistematizada das áreas urbanas, que provocam consequências graves como aparecimento e aumento das ilhas de calor, êxodo rural, espaços disformes, assim como, conflitos socioeconômicos e socioambientais de alta relevância. Como resultado desses processos, surge a necessidade de se pensar a respeito das

políticas públicas de moradia, fazer críticas sobre a sua atuação no território, assim como se planejar estruturas que sejam de vieses integradores.

4- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos de urbanização, (des) concentração, território e periferia foram essenciais para a percepção da complexidade inserida nos espaços urbanos. Sendo assim, três autores principais foram guias para se pensar a cidade: Manuel Correia de Andrade, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos. Manuel Correia de Andrade faz em seu trabalho “A questão do território no Brasil” uma síntese linear do processo de urbanização do Brasil, destacando o rápido processo integrador (o reconhecendo como “sistema-mundo”) do espaço e relatando suas consequências diretas e indiretas nas diversas escalas em níveis nacional, regional e local. Roberto Lobato Corrêa na obra “O espaço urbano” analisa a cidade assinalando-a como estruturas complexas e dinâmicas, reconhecendo os agentes responsáveis pela produção do urbano, além de discorrer de modo dinâmico a forma com que Estado e proprietários de terras configuram e reconfiguram espaços na geração de novos territórios. O autor foi importante na pesquisa, na medida em que esclareceu as formas de apropriação do espaço urbano, o controle e valorização de terras, as políticas de Estado e principalmente, na periferização como resultado desses processos.

Outro autor importante para essa concepção foi Milton Santos, que forneceu um quadro geral da realidade brasileira em sua obra “A urbanização brasileira” problematizando questões sobre habitação, mobilidade urbana, educação e saúde, classes sociais e níveis de renda. Baseado num olhar crítico e na ideia de desconstruir o que se pensa como urbanização, o autor nos leva a uma reflexão profunda que estabelece uma quebra de paradigmas e construção de um novo pensamento sobre determinado evento. Também foram utilizados como apoio, as reflexões de Henri Lefebvre, assim como as de David Harvey, no sentido de que suas concepções auxiliam na identificação dos agentes que promovem as mudanças e definem as estratégias no tecido urbano.

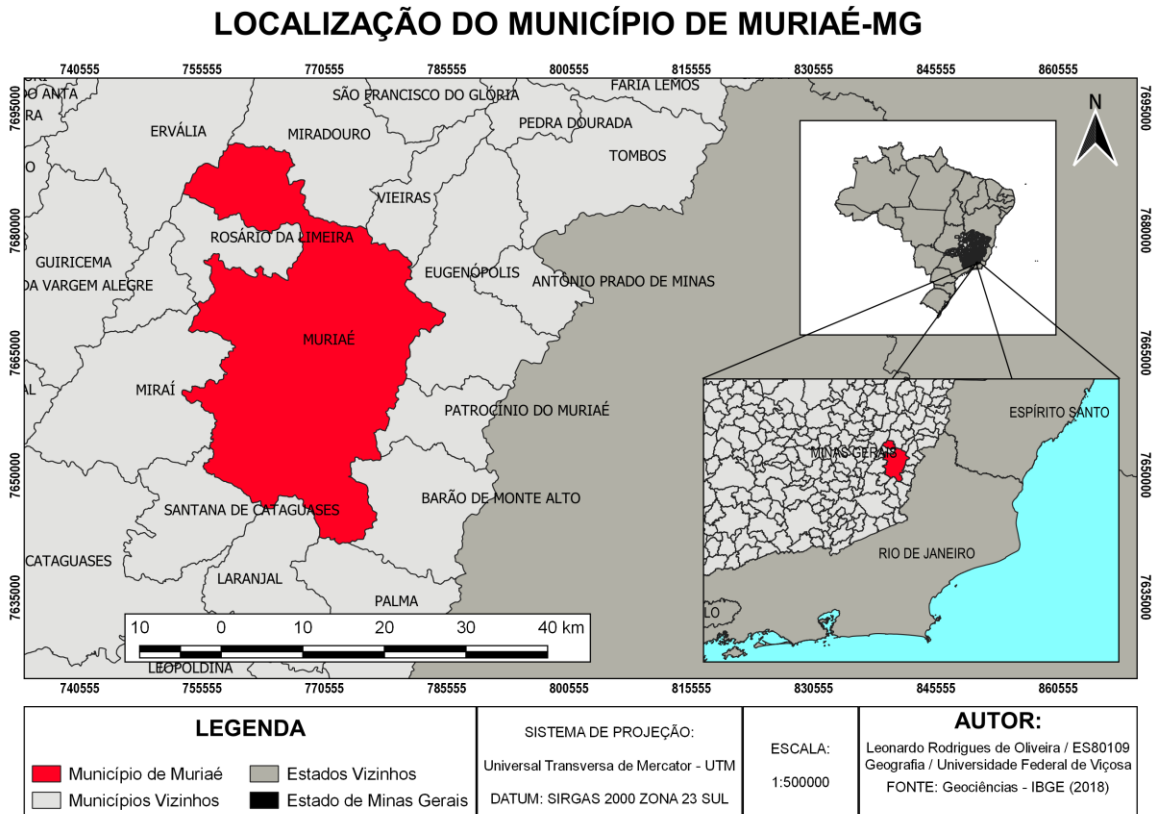
5- MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados como métodos de pesquisa o que MINAYO (1998) aponta como a “bibliografia da disciplina”: Para a contextualização e identificação dos processos urbanos, foi adotado o método dialético, a partir de apontamentos diversos sobre a região, seguindo o pressuposto de que o cruzamento de referenciais teóricos seria a melhor maneira de se compor uma reflexão coesa. Enquanto complemento desse trabalho, foram confeccionados mapas oriundos de quatro imagens orbitais LANDSAT 5 e LANDSAT 8 (série temporal dos anos de 1985, 1995, 2005 e 2017), obtidas gratuitamente pelo portal eletrônico do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, com resolução espacial de 30m, no software open-source QGIS. Para se visualizar o aumento da mancha urbana ao longo das décadas, foram realizadas composições a partir das bandas 3,4 e 5, assim como as devidas correções atmosféricas. A partir dessas imagens, foram classificadas duas classes: urbano e não-urbano. Tal resultado, foi gerado a partir do *Semi-Automatic Classification Plugin* (SCP), extensão gratuita disponibilizada pela comunidade QGIS na internet. Por fim, foram feitas visitas de campo ao bairro Padre Thiago, para uma leitura da paisagem e seus elementos. Apesar do objetivo inicial ter sido pautado em um esquema de entrevistas com os moradores (para tratar da realidade inserida), tal ferramenta se tornou inviável na medida em que os entrevistados fizeram oposição a esse modelo (não queriam responder ou mostravam desinteresse), sendo assim, a percepção do convívio e anseios do bairro se deu de forma indireta, a partir de conversas informais e observações sobre a rotina de seus habitantes.

5.1- Área de estudo

O processo de estudo e reflexão sobre a expansão urbana e as moradias populares, utilizou-se como recorte de análise, o município de Muriaé, localizado no interior do estado de Minas Gerais. A cidade, com área total aproximada de 841.693km², pertencente ao circuito da Serra do Brigadeiro, encontra-se na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora mais especificamente na Região

Geográfica Imediata de Muriaé³, fazendo uma fronteira estratégica com outras regiões mineiras importantes como as de Manhuaçu, Viçosa e Cataguases, assim como nos limites entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.



Mapa 1 - Localização do Município de Muriaé – MG

As vantagens desse posicionamento são compreendidas pelo seu entroncamento entre duas principais rodovias: A BR-116, a mais importante linha de fluxo viário brasileiro, que faz ponte entre o extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, até o extremo norte do estado do Ceará; e a BR-356, que se estende de Belo Horizonte, capital mineira, até a cidade de São João da Barra, estado do Rio de Janeiro.

Segundo as definições geomorfológicas de Aziz Ab'Saber, o município de Muriaé compartilha do domínio caracterizado como “Mares de Morros” AB'SABER (2003, p.57). Esse perfil é denominado por um relevo fortemente ondulado, segmentando a paisagem em estruturas elevadas de “morros”, onde atualmente,

³ Na definição anterior do IBGE (atualizada em 2017), Muriaé encontra-se na mesorregião da Zona da Mata Mineira, no recorte microrregional de Muriaé. Dados obtidos em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf

reside a maior parte do processo de ocupação recente. Seu território é totalmente inserido na bacia do rio Paraíba do Sul, sendo seus principais cursos d'água os rios Muriaé (afluente do rio Paraíba do Sul) e Glória (afluente do Muriaé).

No âmbito climático, KOPPEN (KOTTEK, 2006) utiliza a classificação "Aw", que se caracteriza como clima tropical, para definir a região de estudo. Com altitude média de 230m em relação ao nível do mar, a localidade possui duas estações definidas, sendo elas o inverno seco com temperaturas amenizadas e baixo índice de precipitações (mínimo de 10mm no mês de junho), que variam entre 10°C e 25°C respectivamente e verão intenso e úmido, com altos índices de precipitações (máximo de 241mm no mês de janeiro), com temperaturas variando entre 25°C e 30°C, com registros recentes apontando a máxima de 40°C nos meses de dezembro e janeiro.

Tais elementos estão imersos no bioma da Mata Atlântica, que apesar de sua biodiversidade e potencial florestal, encontra-se com poucos territórios e áreas nativas atualmente, em decorrência do constante efeito antrópico sobre as áreas verdes. Enquanto bioma, classifica-se como floresta tropical, da flora, 55% das espécies arbóreas e 40% das não-arbóreas são endêmicas. Das bromélias, 70% são endêmicas dessa formação vegetal, palmeiras, 64%. Do recorte muriaeense, encontra-se vestígios da Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana, e aglomerados de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, Submontana e Montana, segundo o IEF - Instituto Estadual de Florestas⁴, sendo esses, correspondentes a menos de 15% de área de cobertura vegetal.

A região se encontra nos Latossolos Vermelhos Amarelos Distróficos, sendo solos minerais, profundos (normalmente superiores a 2 m), de horizontes espessos (> 50 cm) com sequência de horizontes A, B e C pouco diferenciados; as cores variam de vermelhas muito escuras a amareladas, geralmente escuras no A, vivas no B e mais claras no C. A sílica (SiO₂) e as bases trocáveis (em particular Ca, Mg e K) são removidas do sistema, levando ao enriquecimento com óxidos de ferro e de alumínio que são agentes agregantes, dando à massa do solo aspecto maciço poroso; apresentam estrutura granular muito pequena; são macios quando secos e altamente friáveis quando úmidos. Apresentam teor de silte inferior a 20% e argila

⁴ www.ief.mg.gov.br/

variando entre 15% e 80%. São solos com alta permeabilidade à água, podendo ser trabalhados em grande amplitude de umidade.

6- CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

6.1- Processo de ocupação e desenvolvimento de Muriaé - MG

A história da ocupação e desenvolvimento da cidade de Muriaé, estado de Minas Gerais, possui alguns pontos imersos em dúvidas e uma certa obscuridade sobre sua origem. Ao longo de muitas décadas, pesquisadores da região, como José Henrique Hastenreiter (Fundação Hastenreiter) dedicaram anos de trabalho com o objetivo de se compreender sua existência numa perspectiva política e econômica. Ainda que se tenha na atualidade um bom acervo historiográfico, o que permite uma boa compreensão sobre os eventos ao longo do tempo, é certo que a região carece de pesquisas mais sólidas sobre sua gênese (CÂMARA, 2014).

Várias versões sobre a ocupação e exploração territorial existem, porém, a mais difundida entre os historiadores é de que tais terras foram apropriadas por Guido Marlière, um militar francês enviado pela coroa portuguesa, responsável por desbravar as grandes extensões de mata do atual estado de Minas Gerais, sendo por isso apelidado em alguns trabalhos como o “semeador de cidades”⁵. Detinha o posto de oficial da Diretoria Geral dos Índios da Província de Minas Gerais, com atribuições de pacificação entre as tribos indígenas espalhadas. Essas tribos eram localizadas no que hoje compreende o chamado “sertão mineiro”, área de grande importância para a administração aurífera que predominava durante os séculos XVII e XVIII. Tais sertões, denominados como proibidos até então, eram de posição geográfica estratégica para a coroa portuguesa no sentido de se ter uma barreira natural densa capaz de proteger a economia dos contrabandos de ouro existentes (MANOEL, 2013).

⁵ STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; SOARES, Josarlete Magalhães; RIBEIRO, Isadora Maria Floriano. Guido Thomaz Marlière, o “semeador” de cidades na Zona da Mata Mineira. **Risco: Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 2012, n. 16, p.50-60, fev. 2012.

O documento mais antigo encontrado sobre a região, datado de 1819, mostra que os atos iniciais de Guido ao chegar em terras locais, foram a construção do primeiro aldeamento (já que havia uma dificuldade de localização das tribos indígenas devido a seu nomadismo) a delimitação das terras e a instalação da primeira capela (necessária para a catequização dos puris): Nascia ali, a história de São Paulo do Manoel Burgo (MANOEL, 2013).

Seu início tortuoso, entre terras descritas como “inabitáveis” pelos colonizadores (devido à grande dificuldade de se adentrar nas matas e pelos insetos, que atrapalhavam o trabalho), procedeu a primeira atividade realizada na região, que foi o plantio para o sustento da aldeia, introduzindo assim, técnicas agrícolas (já que a região não possuía riquezas minerais abundantes). É nesse momento que aportam extratores de madeira-de-lei, iniciando a exploração do cultivo da ipecacuanha, popularmente conhecida como “poaia”, sendo essa, planta medicinal de alto valor comercial na Europa (MANOEL, 2013).

A poaia exerceu forte papel na economia da região, configurando-se como elemento de troca entre os índios e colonos. Segundo dados da ONG PURIS⁶, a planta era trocada pela chamada “aguardente”⁷, muito utilizada pelos puris como meio recreativo ou para fins espirituais. Dessa forma, o cultivo da ipecacuanha é reconhecido como a primeira atividade econômica da região.

Com a missão inicial já concluída, Constantino Pinto, proprietário de terras oriundo de Barbacena-MG, foi designado por Marlière como Vice-Diretor dos Índios, atribuindo-lhe a continuidade das atividades pacificadoras e territoriais. Nesse recorte temporal, São Paulo do Manoel Burgo já experimentava um modelo de organização espacial que mais tarde, viria a ser uma Vila: Existia uma estrada que se estendia desde o atual bairro do Porto até o bairro da Barra, passando pela capela do Rosário e ocupando as proximidades do Rio Muriaé; um quartel para a ordem moral e cívica; moinho e escola para a alfabetização da língua portuguesa (MANOEL,2013).

São Paulo do Manoel Burgo elevou-se a categoria de distrito de paz no ano de 1841, sendo pertencente ao município de São Batista do Presídio (Atual Visconde do Rio Branco), tornando-se São Paulo do Muriahé. Nessa fase, a região começa a receber migrantes da fronteira do estado do Rio de Janeiro, que mais

⁶ **ONG PURIS de Ecologia:** <http://www.ongpuris.org.br/ongpuris/ospuris.html>.

⁷ Extrato alcóolico da cana de açúcar;

tarde, contribuiria para que o distrito contasse com uma agricultura baseada no *plantation*, sendo produzidos cana-de açúcar, milho, arroz e outros gêneros alimentícios em suas fazendas (CÂMARA,2014).

Devido ao processo de migração, o distrito que antes era marcado por uma única rua que acompanhava a margem direita do rio, contava no ano de 1855 com várias ruelas e moradias. Tal crescimento, permitiria mais tarde a transformação de São Paulo do Muriahé em uma vila, pela Lei nº. 724⁸. Dez anos depois, com uma pequena economia estruturada, a vila atingiria o posto de Cidade, dando continuidade ao seu desenvolvimento comercial (MANOEL, 2013).

Em um declínio da produção aurífera no país entre os séculos XVIII e XIX, a vertente econômica de Muriaé se volta para a agricultura e passa a glorificar a produção de café como a grande frente de avanço da coroa portuguesa. É nesse momento que se inicia a intensificação de ocupação populacional, não somente devido às grandes extensões de fazendas e seus proprietários produtores de café, mas creditado também à toda uma mão-de-obra, tanto escrava quanto livre, que permaneceu ali quase sempre, marginalizada em relação ao acesso à terra. Segundo Camacho (2011, p.2):

...com a Lei de Terras de 1850, decretada por D. Pedro II, o objetivo era manter os privilégios da elite, que na época eram os senhores escravocratas. Ou seja, dando um preço a terra, restringe-se o acesso à ela e, mantinha-se a classe de ex-escravos e imigrantes europeus subordinadas como mão-de-obra, pois não conseguindo adquirir um pedaço de terra, continuariam dependentes dessa elite.

Há de se salientar o papel importante que a produção do café obteve na formação das cidades brasileiras. Sabe-se que no final do século XIX, a rubiácea se tornou uma das principais forças produtivas da região sudeste, sobressaindo inclusive à produção aurífera que entrava em forte declínio. Dessa forma, a fronteira agrícola que antes se encontrava somente em centros maiores, como no estado de São Paulo, obtém uma frente de avanço em direção ao interior de Minas Gerais, juntamente à uma população em busca de terras para sua subsistência. Havia chegado os tempos do chamado “Ouro Negro”, e a zona da mata mineira viria a

⁸LexML: Rede de Informação Legislativa e Jurídica:
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1855-05-16;724>

consolidar seu espaço urbano nas relações de trabalho e produção em função dessa atividade (CÂMARA, 2014).

Com todas as atenções voltadas para o café, a produção monocultora alastrou-se entre os proprietários de terras, que investiram capital pesado no segmento. Percebe-se, então, que várias economias das cidades mineiras passaram a sustentar-se quase que exclusivamente dessa produção, deixando investimentos em outros setores no segundo plano (CÂMARA, 2014).

No que tange ao espaço muriaeense⁹, os registros históricos mostram um tímido início da atividade cafeeira, sendo sua estrutura inclusive, sustentada pela produção paralela de outros gêneros alimentícios, como a cana, milho, arroz, feijão e hortaliças (CÂMARA, 2014). Ainda nessa perspectiva, a questão da posse também é abordada com frequência nos estudos da região, mostrando que a Lei de Terras de 1850 viria a surtir efeito algum tempo depois, com os primeiros registros de terra apontando áreas não ultrapassando as características de pequenas e médias propriedades. Esses dados são constantemente questionados por novos estudos, evidenciando a hipótese de que tais documentos teriam falhas ou seriam desatualizados em relação ao verdadeiro número de terras distribuídas nesse período, como aponta Andrade (2006, p. 12):

São muitas as ausências de dados importantes sobretudo tipos de propriedades e benfeitorias. Creditamos essas deficiências, de um lado, ao tipo de cobrança estipulada no artigo 103 do capítulo IX do Decreto nº 1.218, de 30 de janeiro de 1854; “emolumento correspondente ao número de letras que contiver um exemplar, à razão de dois reais por letra”. Logo, quanto maior a especificação dos bens, maior o preço a pagar. De outro, percebemos que os párocos também influenciavam na qualidade das declarações.... Outra discussão diz respeito à reduzida caracterização da propriedade como posse. O estudo desta fonte e também de registros cartoriais reforçam nossa convicção de que posse, na linguagem dos registros, era forma de aquisição e não tipificação da propriedade”.

Mas se por um lado existe a incerteza sobre a questão fundiária, Câmara (2014) aponta que são exatamente as pequenas propriedades, geralmente caracterizadas pela agricultura familiar, que irão soerguer uma economia local de maior expressividade, gerando demanda inclusive, por uma estrutura aperfeiçoada de logística para o fluxo de mercadorias na região.

⁹ Gentílico do município de Muriaé-MG.

Sendo assim, podemos empregar o conceito de paisagem para a leitura de Muriaé a partir das transformações do café. Nessa medida recorremos a Milton Santos, que ressalta a importância de se pensar a paisagem como instrumento de reflexão geográfica e histórica. Nesse caso, reconstruir o cenário desse período no qual a economia do café influenciou de maneira significativa as transformações da cidade, é procurar sedimentar os fragmentos do tempo na busca de uma maior compreensão sobre a manifestação espacial atual de Muriaé. Por isso, como nos coloca SANTOS (1986) ao discutir a importância de recorrer ao conceito de paisagem, é necessário observar que:

“Uma região produtora de algodão, de café ou trigo. Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americano. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações.” (SANTOS, 1986, p.37-38)

Apropriando-se de fontes como jornais e revistas historiográficas, podemos então pensar a paisagem de São Paulo do Muriaé durante o período abordado¹⁰. Nesta, percebe-se que mesmo quando o chamado “ouro negro” movimentava a economia local, gerando inúmeras riquezas, a “cidade” não absorvia os frutos dessa riqueza gerada, apresentando, assim, muitos problemas (FUNDAÇÃO HASTENREITER, 1970).

Essencialmente, sua caracterização era de: estradas extremamente precárias, dificuldade de escoamento da produção, baixo fluxo de informação e uma sociedade altamente hierarquizada, caracterizada principalmente, pelo conhecido “coronelismo”. Além disso, São Paulo do Muriaé não possuía rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica e iluminação pública, sequer pavimentação rústica ou calçadas nesse período. Essas características poderiam ser justificadas pelo fato da cidade ter sido moldada pelas atividades agrícolas, mas em uma pequena análise em relação a outras cidades próximas como Leopoldina e Juiz de Fora, no mesmo recorte temporal, observa-se

¹⁰ HASTENREITER, José Carlos. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Fundação Hastenreiter. Ano X, nº7. Muriaé-MG. 1987

que as políticas públicas voltadas para a urbanização eram desconsideradas, ou pouco pensadas no município (FUNDAÇÃO HASTENREITER, 1970).

Vale pontuar algumas questões sobre o coronelismo: Esse modelo autoritário foi responsável pela expressão política não só de São Paulo do Muriaé, mas também de todo o território nacional. Uma via de comando descentralizada, distante da política de governadores e do controle da república. Os coronéis, assim como os grandes fazendeiros, beneficiados pela Lei de Terras de 1850, que garantiu a propriedade simplesmente por sua posse, utilizaram da violência, por exemplo da coerção física para expulsarem todos os pequenos produtores de suas terras. A problemática vai além disso, pois os rastros da violência se manifestavam não somente no processo de apropriação do espaço, mas sobretudo pela exploração de pessoas, pois toda essa massa expropriada, serviria de mão de obra escrava¹¹ para a manutenção das fazendas e da produção agrícola (CÂMARA, 2014).

Todas essas ações seriam legitimadas no futuro pela constituição de 1891, que garantia a posse dessas terras pelo estado. Um tópico a ser evidenciado, é que são justamente essas práticas em relação às terras que vão subsidiar em décadas posteriores o domínio dos grandes proprietários. Os fazendeiros podem ser reconhecidos como assinala Lobato (1989) como atores sociais responsáveis não somente por moldar o espaço urbano, mas por decidirem diretamente “quando” e “quem” deveria ocupar determinadas áreas, podendo gerar assim, alteração no preço da terra e conseqüentemente nos imóveis.

Segundo o primeiro recenseamento populacional realizado no ano de 1872, a cidade já era povoada por cerca de 3.744 habitantes, entre homens e mulheres, livres e escravos, demonstrando que seu crescimento demográfico era iminente a uma economia voltada para a agricultura. Um quadro de subsistência local até então predominante na região, viria a ceder lugar para um modelo agroexportador de café (FUNDAÇÃO HASTENREITER, 1970).

¹¹ Não somente “escrava” no sentido de propriedade, mas principalmente pela dependência que seria desenvolvida nessa relação.

6.2- Expressões no espaço urbano no século XX

Marcada pelo ápice produtivo cafeeiro durante as décadas de 80 e 90 do século XIX, as forças políticas locais¹² unem-se nesse período com um propósito claro: Construir uma ferrovia (um ramal de uma linha já existente), ligando São Paulo do Muriaé a Patrocínio do Muriaé. O objetivo era ampliar o fluxo de transporte do café para a capital do Brasil (Rio de Janeiro na época). Com uma média de 25Km de extensão, a rota foi inaugurada no ano de 1886 e serviu não somente como meio de transporte produtivo, mas também como uma linha de passageiros, integrando a região a outros territórios (MANOEL, 2013).

Dessa forma, foi se constituindo pouco a pouco uma nova mancha urbana ao longo da linha ferroviária: esta saía do atual centro da cidade, mais especificamente nas proximidades da Praça das Dores (atual Praça João Pinheiro) e tomando rumo a Patrocínio do Muriaé em meio a áreas que foram abertas no sentido leste (atual Bairro Encoberta). Tal processo alterou de forma significativa a paisagem e os ritmos de vida dos moradores de Muriaé (MANOEL, 2013).

Mas se por um lado essa estratégia resultaria em benefícios econômicos para os agentes do capital, por outro levaria a cidade a um “efeito urbanizador” mais acelerado, sendo esse fator de fundamental importância na morfologia urbana que seria instaurada. Segundo Manoel (2013, p.116), o centro da cidade se tornaria uma “arena” das relações comerciais: Novos e grandes armazéns, trabalhadores realizando ciclicamente a carga e descarga de mercadorias, pontos de comércio e hotéis viriam a emoldurar a paisagem de Muriaé.

À vista disso, a geografia urbana assim como a geografia dos transportes (pouco trabalhada na atualidade) reconhece a ferrovia como um fenômeno de transformação socioespacial que acima de tudo, impulsiona novos setores econômicos no espaço, constituindo assim, novos territórios. Todavia, o fluxo de pessoas e mercadorias impulsionados pelas novas infraestruturas alterou a dinâmica populacional, atraindo para cidade novas correntes migratórias, novas técnicas nas relações de trabalho assim como uma nova consciência acerca da informação e do papel da cidade (SANTOS, 2005).

¹² Essas forças eram em sua grande parte composta pelos proprietários de terras;

Se anteriormente a dinâmica do espaço urbano era marcada pelos fluxos de pessoas e mercadorias locais, após a instalação de novos “fixos e fluxos” (SANTOS, 2005) passaria a ser também influenciado pelas mais diversas ideias e opiniões advindas de outras partes de Minas Gerais e do Brasil. Nessa medida, a estrada de ferro foi o advento integrador regional responsável por disseminar notícias impressas, que até então eram escassas na cidade, por atrair um novo contingente populacional e, conseqüentemente, por semear novas frentes de expressão intelectual e artística.

Segundo Semeghini (1991), o advento da ferrovia no Brasil trouxe consigo uma nova dinâmica para o trabalho e a economia, sendo responsável por uma especialização produtiva dos lugares, assim como pelo deslocamento de mão-de-obra. Sendo assim, no ápice da economia do café houve uma transformação importante nas formas de acumulação da riqueza ao plano local mais também regional e nacional, implicando no desenvolvimento dos setores comercial e industrial que acabaram por contribuir para o esfacelamento dos grandes latifúndios, passando a dominar a economia a partir de então, “verdadeiras empresas” do segmento (SEMEGUINI, 1991).

Em São Paulo do Muriaé essa relação entre transporte – espaço foi bastante marcada em seu território. Prova disso, são os documentos da Câmara Municipal (MANOEL, 2013) que ao longo dos anos aplicaram leis e estímulos fiscais para que a cidade adotasse cada vez mais uma postura mais industrial e conseqüentemente, menos agrícola. Essas políticas são referentes, quase em sua totalidade, ao período administrativo de Dr. Silveira Brum (1905-1920) e mostram que é justamente no início do século XX, que a cidade passa a receber as primeiras estruturas básicas para consolidar os setores industriais, fortalecendo o papel da cidade na economia municipal. Como relatado anteriormente, São Paulo do Muriaé não possuía rede elétrica, distribuição de água potável e nem pavimentação isto é a vida social e econômica da cidade era marcada pelos ritmos impostos pelas atividades rurais. A seguir, a mais antiga fotografia já encontrada da região confirma esses aspectos:



Figura 1 - Vista do centro de São Paulo do Muriaé - 1905
Fonte: Arquivo pessoal do prof. Joel Peixoto Manoel)

Percebe-se na imagem, que a rua em destaque - Rua Direita (atual Barão do Monte Alto) - a principal da cidade, era caracterizada por solo exposto em sua extensão, assim como uma pequena vegetação rasteira em suas extremidades, revelando uma forma predominante de aspecto em trilha, ou seja, era um município que apresentava sua estrutura urbana bastante precária. Também é perceptível que nos arredores (canto inferior direito da Figura 1) as áreas destinadas à pastagem e criação de suínos que, tomavam conta da região central, o que preocupava a administração pública no início do século XX.

Dr. Silveira Brum, mostrando-se preocupado com a estética e com a economia da cidade, elaborou um plano, logo no início de sua gestão. Este previa a arrecadação de impostos e desenvolvimento de um fundo financeiro municipal, medida extremamente importante, pois possibilitou meios de subsidiar as obras que seriam implantadas ao longo dos anos. Com seus ideais de planejamento e visando a modernização da cidade, Silveira Brum empregou toda uma experiência administrativa trazida das experiências de modernização sofrida no início do século na capital brasileira - Rio de Janeiro. Sendo assim, com a preocupação de resolver os problemas de higiene e abastecimento, deu começo aos planos hídricos, para a captação e distribuição de água potável para a cidade. Essa etapa foi crucial, pois se sabe que em São Paulo do Muriaé, problemas sanitários eram recorrentes:

doenças transmitidas por água não tratada e acumulada, que de modo sazonal (a cidade encontra-se em clima tropical, com uma média de 220m de altitude em relação ao nível do mar), gerava surtos epidêmicos, obrigando a população (as camadas mais abastadas da sociedade, em questão) a deslocar-se para outras cidades durante longos períodos, no sentido de se evitar o contágio e condenando-a a surtos epidêmicos que elevavam o índice de mortalidade (MANOEL,2013).

Na virada do século XIX para o século XX, os grandes centros brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, empregaram sistematizações para que a cidade pudesse ser planejada a partir de novas funções. Essas dinâmicas em questão, seriam elementos capazes de gerar fluxo, rotatividade e principalmente, embelezamento e higienização. No caso do município de São Paulo do Muriaé, alguns desses elementos podem ser identificados nas várias resoluções encontradas entre os anos de 1905 a 1917¹³(MANOEL, 2013):

Esse pequeno conjunto de resoluções (de uma ampla série) demonstradas, mesmo que subsidiados com poucos recursos municipais evidenciam a influência

¹³ 20/09/1905: Resolução n. 7 = Autoriza o presidente da câmara a contratar pessoa idônea para rever os estudos de abastecimento de água potável a esta cidade, devendo o mesmo apresentar novo orçamento;

16/12/1905: Resolução n. 9 = Proíbe animais vagando nas ruas e praças da cidade”;

“06/02/1907: Resolução n. 17 = Autoriza o presidente da câmara a colocar placas de nomes e números nas principais ruas da cidade”;

“13/10/1908: Resolução n. 30 = autoriza o presidente da câmara a conceder privilégio, nos termos da constituição... A quem se propuser a fazer instalação hidroelétrica... Para o serviço de iluminação pública e particular da cidade... assim como instalação sanitária da cidade”;

“10/10/1911: Resolução n.50 = Determina que é proibida a conservação de porcos na cidade, em cevas, chiqueiros ou soltos em quintais”;

“01/04/1914: Determina que ficam proibidas novas instalações de engenhos de beneficiar café no centro da cidade”;

“10/09/1920: Autoriza o presidente da câmara a fazer conserto preciso.... Compreendendo aterro, dessaterro, sargetas, bem como calçadas de macadame de um metro e meio...”

“01/12/1920: Determina que fica terminantemente proibida, em todo município, a contaminação do solo por meio de fezes humanas; que todas as casas da cidade ou onde exista sistema de esgotos, deverão ter latrinas higiênicas, de tipo aconselhado pelas Autoridades Sanitárias...será obrigatório o uso de latrinas que despejem nas fossas protegidas contra moscas e ao abrigo das chuvas... E que a câmara municipal não dará licença de construção de casas se estas não possuírem de instalação sanitária”

que as matrizes do planejamento urbano moderno obtiveram na formação da cidade de São Paulo do Muriaé. Essas influências podem ser interpretadas como consequência da relação entre o prefeito da época, Dr. Silveira Brum (além de presidente da câmara, Dr. Silveira Brum foi Deputado Estadual e Federal, o que justifica suas frequentes viagens à capital), e a cidade do Rio de Janeiro. Nessa linha como nos revela MANOEL (2013, p.118), profissionais como engenheiros, arquitetos e técnicos foram trazidos do Rio de Janeiro e outras grandes regiões para a realização das obras necessárias.

Sabemos que o município sofria com fortes questões sanitárias e várias leis já tinham sido criadas no intuito de amenizar as insalubridades. Mas isso se mostrava insuficientes em alguns tópicos. Exemplo disso, são os tradicionais “becos” que eram encontrados no centro da cidade. Esses becos em sua totalidade eram espaços situados entre as residências de algumas partes da cidade, com variados propósitos. Eles funcionavam como verdadeiros atalhos, gerando acesso a áreas ainda não ocupadas, como as margens do Rio Muriaé e a zona periférica do centro (MANOEL, 2013).

Paralelamente à essa funcionalidade, os becos serviam também como uma alternativa de despejo do esgoto doméstico, visto que a estrutura sanitária da cidade ainda estava sendo implementada. Nesse sentido, uma solução de curto prazo para o problema foi a reorganização espacial dessas áreas, que resultou, em linhas gerais, na abertura de novas ruas nos espaços subutilizados (MANOEL, 2013).

É importante abordar sobre essas ações administrativas pois, ainda que se careça de mais fontes de pesquisa, pode-se entender que foram justamente elas (a abertura de ruas) as responsáveis pelos primeiros sinais da expansão da área urbana da cidade. Esse avanço urbano se deu, segundo Manoel (2013, p.120), em um primeiro momento, na direção norte da área central. Seriam esses becos, as ruas paralelas à rua Direita (atual C. Marciano Rodrigues e Barão do Monte Alto), que deram acesso às margens do Rio Muriaé e à extensão da atual Avenida J.K, (principal avenida da cidade, ligando os extremos leste-oeste) e as ruas Gusman (expandindo para o atual bairro São Francisco) e Dr. Afonso Canêdo (local onde se encontra a primeira faculdade da região, assim como cemitério municipal).

Assim como o abastecimento de água potável foi um marco para os problemas sanitários em 1908, a instalação da primeira usina hidrelétrica na região pode ser entendida como um elemento de forte transformação espacial. Se

anteriormente as indústrias locais eram movidas por força humana e animal, a partir de 1910 elas receberiam incentivos municipais (isenção de impostos sobre consumo de energia) no sentido de estimular o crescimento econômico da região (MANOEL, 2013).

Após a inauguração da Companhia Municipal de Força & Luz (1910), a cidade já se apropriava de alguns elementos de mobiliário urbano. Na área central, foram instalados postes de iluminação das vias, em formas de arcos, assim como as primeiras praças da cidade. Esse trecho do início do século XX, mostra que os investimentos citados permitiram uma demanda necessária de estruturas que viabilizassem o movimento de pessoas e mercadorias. Dessa forma, nos anos seguintes, as obras executadas moldariam um novo ritmo de vida da cidade: Com a iluminação pública, as pessoas passariam a circular durante as primeiras horas da noite; festividades poderiam se estender por um período maior, as calçadas permitiriam o fluxo social assim como, conseqüentemente, atratividade para o comércio no cenário intraurbano (MANOEL, 2013).

Outro ponto de destaque na característica de fluidez, foi a chegada da instalação da rede telefônica no município durante os primeiros anos do século XX. Até então, toda a forma de comunicação com outras regiões se desenvolvia por meio de cartas e telégrafos, o que limitava de certa forma a velocidade da informação. Sendo assim, o telefone conseguiu integrar o comércio local (inicialmente, somente os empresários possuíam telefone - 33 assinantes até 1915): “Hotéis, instituições, comércios e indústrias constituíam uma rede representativa que ultrapassa então, as barreiras geográficas existentes” (MANOEL, 2013, p.127).

Importante pontuar que apesar de todas as estruturas que chegaram nessa administração, uma forte crise se iniciou no fim desse período. A cobrança de impostos ainda estava se iniciando e a câmara contraía frequentes empréstimos para o financiamento de obras públicas. Juntamente a isso, a crise da produção cafeeira sinalizava uma certa estagnação que tinha impactos no desenvolvimento do município, ainda que, algumas resoluções em particular, como a que transforma os espaços subutilizados em ruas, tenham contribuído para o que possamos entender como o primeiro sinal da expansão da mancha urbana (MANOEL, 2013).

Todos esses processos continuaram em um ritmo constante durante a década de 1920, até o período em que o município começa a apresentar sinais de estagnação econômica em função da crise do café, iniciado nos anos 30

(BARREIROS, 2009). O *crash* da bolsa de Nova York em 1929 alastrou-se no país chegando até o município de Muriaé, atingindo severamente a produção cafeeira. As importações caíram drasticamente, desvalorizando o preço do produto e levando os produtores a medidas drásticas, como a de queima dos estoques de café (MANOEL, 2013, p.160). Como abordado anteriormente, se por um lado os investimentos centralizados alavancaram a economia local, por outro, responderam também pela sua queda. O direcionamento da economia na produção cafeeira inibiu de certa forma a diversidade de investimentos, quando ocorreu a queda no preço da rubiácea, o município foi duramente atingido, o que concorreu para o retorno a produção agrícola voltada para a subsistência.

Esse período, datado entre o final dos anos 1920 e 1930, marcaram uma fase de pouca expansão no espaço urbano. A baixa arrecadação de impostos e a instabilidade financeira que se passava, deram ênfase para uma nova abordagem sobre os pilares econômicos municipais. Essa crise pode ser entendida pela ausência de um projeto de longo prazo, já que os investimentos centralizados no café definiram uma fraca diversidade produtiva e que conseqüentemente, culminou no agravamento do quadro. Tal cenário de estagnação durou em média 20 anos, fazendo com que Muriaé (São Paulo do Muriahé nesse período teve seu nome reduzido para “Muriaé”) somente permanecesse em certo nível de estabilidade. Essa perspectiva só veio a mudar com a chegada de novos objetos no espaço local, que a partir deles, surgiram novas frentes que conduziram o espaço à uma nova morfologia (MANOEL, 2013).

Durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), um dos principais pontos políticos desenvolvidos, era pautado sobre a questão da integração entre as regiões, algo extremamente precário nesse período. Como estratégia de sistematização logística, a BR-04¹⁴ (trecho primário da futura “Rio Bahia”, entre o Rio de Janeiro e Além Paraíba) nasce com o objetivo de flexibilizar os escoamentos produtivos, assim como expandir a rede viária, que sinalizava suas potencialidades. Essa intervenção era julgada como necessária para o “desenvolvimento dos sertões” visto que as áreas correspondentes ao norte de Minas Gerais e outros estados como Bahia e Sergipe, eram vítimas da falta de estruturas para o transporte (MANOEL, 2013).

¹⁴ <https://leopoldinense.com.br/noticia/10689/novo-tracado-da-rio-bahia>

Dessa forma, iniciou-se durante a década de 30 a abertura da rodovia, mais conhecida como a “Rio-Bahia”. Vários trechos foram sendo construídos ao longo dos anos, e em Muriaé, a rodovia foi inaugurada por Getúlio Vargas, em uma visita à cidade, no ano de 1939. Foi recebida com muito alarde pelos políticos e população local, pois representava uma alternativa de transporte terrestre e conseqüentemente, um leque de possibilidades econômicas (MANOEL, 2013).

Ainda que seu início tenha sido um tanto precário, já que não dotava de pavimentação, ela viria a dimensionar as primeiras ocupações em suas margens, configurando novos espaços, mais especificamente no trecho oeste da cidade. Já na década de 60, com sua inauguração oficializada, a rodovia já respondia pelas novas especificidades no espaço urbano (MANOEL, 2013).

Tais dinâmicas são encontradas em diversos aspectos. Um deles, seria a nova vertente econômica, com a cidade se adaptando à demanda de especialidades automotivas, como a retífica de motores e concessionárias de veículos. Essa mancha seria tomada por toda a extremidade do trecho rodoviário urbano, seja pelas empresas do ramo, assim como por mecânicas e representantes comerciais. Outro aspecto de destaque são os novos rumos sobre o transporte de mercadorias e movimento populacional. A rodovia surge nesse contexto como uma estrutura nova, capaz de tornar por obsoleto, o tradicional caminho ferroviário utilizado até então (CIRINO, 2014).

O forte papel integrador da rodovia culminou na desativação da estrada de ferro gerida na época, pela Leopoldina Railways Company, já que se tornou insustentável sua continuidade. Esse acontecimento representa outro ponto de ruptura na forma de ocupação dos espaços: Com seu término, a estação ferroviária seria demolida, juntamente com a retirada dos trilhos e a chegada de novos empreendimentos e moradias. A área compreendida entre a Praça João Pinheiro e a Rua Gusman, seria remodelada por uma nova praça, assim como a construção de moradias e comércios na faixa correspondente às encostas (MANOEL, 2013).

O crescimento demográfico acelerado que se instituiu no período pós 1960, desencadeou-se em um forte movimento por moradia. Com as áreas centrais saturadas, se inicia um modelo de expansão da mancha urbana que se apropria dos espaços circundantes (os morros e locais íngremes) no objetivo de cooptar todo esse contingente populacional que se instalava. Dessa forma, surge no município a primeira manifestação de um programa popular de moradia, o Banco Nacional de

Habitação - BNH. Esse projeto de financiamento marca não só o surgimento de uma tentativa de um primeiro bairro popular, mas também designa no território diversas outras alternativas de habitação, visto que, desde o seu início até o término, não consegue absorver seu público-alvo por razão do quadro financeiro nacional crítico da época (CIRINO, 2014).

Sendo assim, o próximo capítulo irá pautar sobre a expansão das periferias urbanas da cidade de Muriaé, mais especificamente entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, e sua relação com as políticas públicas habitacionais, esquematizando-os em mapas e discorrendo sobre as diferentes características que cada período carrega.

7- A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E OCUPAÇÃO PERIFÉRICA:

As décadas que sucederam os anos de 1960 foram marcadas pelo alto índice de migração da zona rural para as zonas urbanas, o chamado Êxodo Rural: As rodovias nos anos anteriores dinamizaram o setor de transportes, surgindo inclusive, empresas do ramo (que seguem atuando nas imediações dessas estradas) com foco em logística empresarial e na retífica de motores (FUNDAÇÃO HASTENREITER, 1970). Segundo o Hastenreiter (FUNDAÇÃO HASTENREITER, 1970), já nos anos iniciais de 1970, o município registrava cerca de 58.153 habitantes, num ciclo cada vez maior de transição, se levarmos em conta que em 1980 haviam 12.934 moradores da zona rural, cerca de 3.000 a menos em dez anos (Essa tendência foi contínua, registrando 8.173hab no ano 2000 e 7.541hab em 2010).

Dessa forma, paralelo a esse aumento demográfico, uma economia voltada para o ramo têxtil dava seus primeiros sinais de exercício, influenciada principalmente pelos fluxos viários entre a cidade e o estado do Rio de Janeiro, pela disponibilidade de mão de obra e devido ao contexto de flutuação financeira que o país atravessava na década de 80, agregando estruturas de um circuito empreendedor amador (VEGGI, 2005).

Carlos Veggi aborda em seu estudo sobre o arranjo produtivo da indústria têxtil muriaeense, que o desenvolvimento do polo aconteceu em decorrência de algumas particularidades em relação à outras regiões mais desenvolvidas. A

principal característica do polo, é que seu ciclo de solidificação econômica não transitou por um modelo adequado de financiamento. Isso reflete, em termos práticos, que as confecções surgidas no início da década de 1980 eram de configurações familiares, ou seja, utilizando recursos financeiros próprios e mão de obra do próprio núcleo¹⁵. Segundo Veggi (2005. p. 107):

A pequena e média indústria de confecção de vestuário possui uma estrutura tipicamente familiar, na qual os proprietários compartilham os bens da família com os da empresa. Os administradores dessas empresas normalmente são os proprietários e os demais membros da família executam atividades de apoio no funcionamento da mesma.

Sendo assim, como resultado desse efeito de atração das cidades, surgem no município algumas expressões que indicavam a necessidade de se pensar no planejamento urbano e políticas de habitação, nos bairros que circundam a região central, como o Porto e Barra, a classe trabalhadora que não se inseria nos espaços centrais, devido a relação especulativa entre preço e acesso, ocuparam as áreas periféricas tratadas até então como “indesejadas” pelo mercado imobiliário, como os altos de morros (Bairro Santa Terezinha) e a região conhecida como “Prainha”, sendo a última, faixa do bairro da Barra próxima ao leito do Rio Muriaé (CIRINO, 2014).

A partir desse cenário de urgência sobre as questões de moradia, alguns modelos de políticas públicas foram implantados na cidade, com a premissa (ao menos em seu início) de oferta acessível. Dessa forma, a primeira prática de habitação popular surge com as diretrizes do BNH – Banco Nacional de Habitação, em meados de 1970 e posteriormente, continua com a COHAB – Companhia Estadual de Habitação (CIRINO, 2014).

Em relação ao BNH, seu desenvolvimento e aplicabilidade já eram efetivos em outras regiões do país. A empresa pública existia desde 1964, através da Lei nº 4.380 e outras alterações posteriores, como o Decreto nº 60.900/1967 e Lei nº5.762/1971. Sua função principal era a de fornecer meios de financiamento imobiliário com uma linha de crédito acessível (através do SFH – Sistema Financeiro da Habitação) para as faixas sociais mais carentes. Na experiência de Muriaé, três

¹⁵ Esse perfil demonstra uma estrutura pouco planejada do empreendedorismo, revelando uma faceta de subsistência em detrimento de uma caracterização mais profissional.

bairros foram construídos sob o modelo: O Bairro São Francisco, João XXII e uma pequena parcela do bairro Planalto (FERREIRA, 2015, p. 30).

Importante ressaltar que todos esses três bairros ocuparam áreas extremamente próximas ao centro, apesar de representarem na época, a concepção de periferia somente pela característica do aspecto físico, ou seja, ocupação em morros e faixas elevadas e não no termo de modo mais abrangente. Tal constatação é confirmada quando se resgata as condições pelo qual o projeto se desenvolveu e como seus respectivos moradores foram absorvidos (CIRINO, 2014).

Como primeiro ponto, observa-se que para a adesão no programa de financiamento, era necessário a comprovação de renda, algo extremamente segmentado socialmente, fenômeno verificado em um contexto de poucos indivíduos com estabilidade profissional (como dito anteriormente, o empreendedorismo familiar subsidia a sobrevivência de seu núcleo, dando pouca ou nenhuma vazão para uma perspectiva mais sólida) e um cenário de instabilidades econômicas.

Em uma segunda etapa, como apontado por Cirino (2012), se reconhece o resultado desse processo de restrição na própria manifestação física desses espaços: A partir dessa inviabilidade financeira de adesão, a classe média inserida na época (empresários, escriturários e outros funcionários com cargos de estabilidade pelo estado) termina apropriando-se desse recurso, ocupando essas áreas periféricas e redefinindo suas relações, resultando em bairros planejados e com alto valor imobiliário.

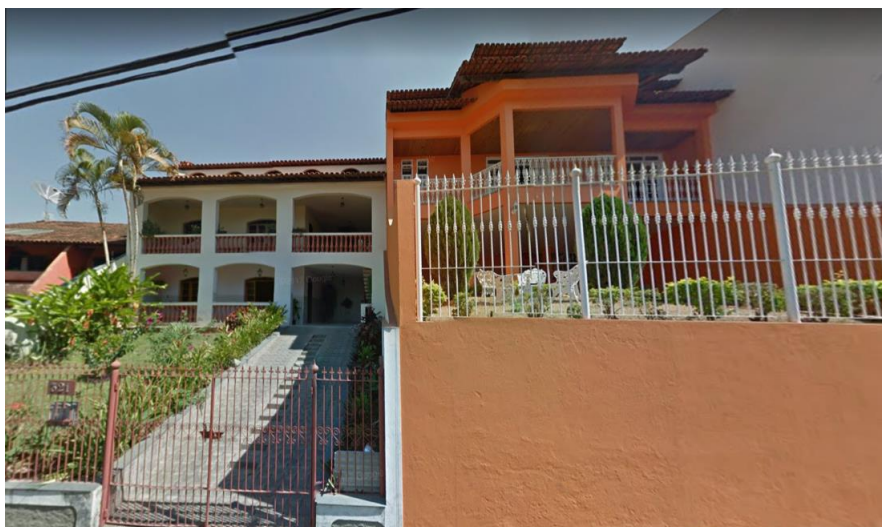


Figura 2 – Perfil imobiliário e urbano do bairro São Francisco (BNH) (2017);

Fonte: Google Street View;



Figura 3 – Perfil imobiliário e urbano do bairro São Francisco (BNH) (2017);
Fonte: Google Street View;



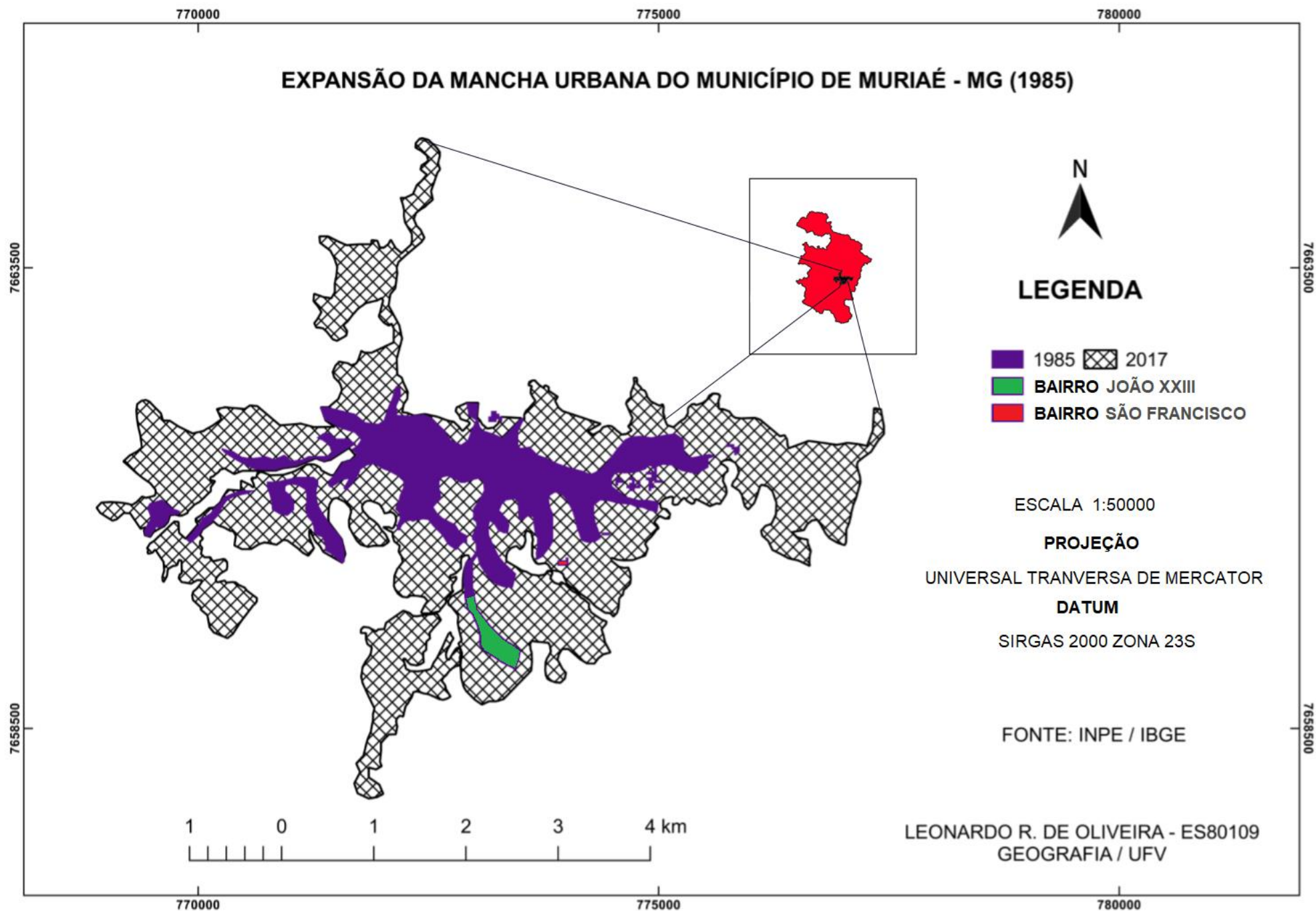
Figura 4 – Perfil imobiliário e urbano do bairro João XXIII (BNH) (2017);
Fonte: Google Street View;



Figura 5 – Perfil imobiliário e urbano do bairro João XXIII (BNH) (2017);
Fonte: Google Street View;

Devido a sua incapacidade de viabilizar o atendimento de camadas sociais vulneráveis, o programa encerra suas atividades na metade da década de 1980, consolidando-se majoritariamente como um sistema que privilegiou a manutenção econômica do estado em detrimento de uma função social. Tal cenário é facilmente reconhecido em um breve exercício de observação da sua paisagem, quando nos deparamos por exemplo, com imóveis nessas regiões com cotações superiores a R\$800.000¹⁶

¹⁶ <http://www.centralmoveismuriae.com.br>



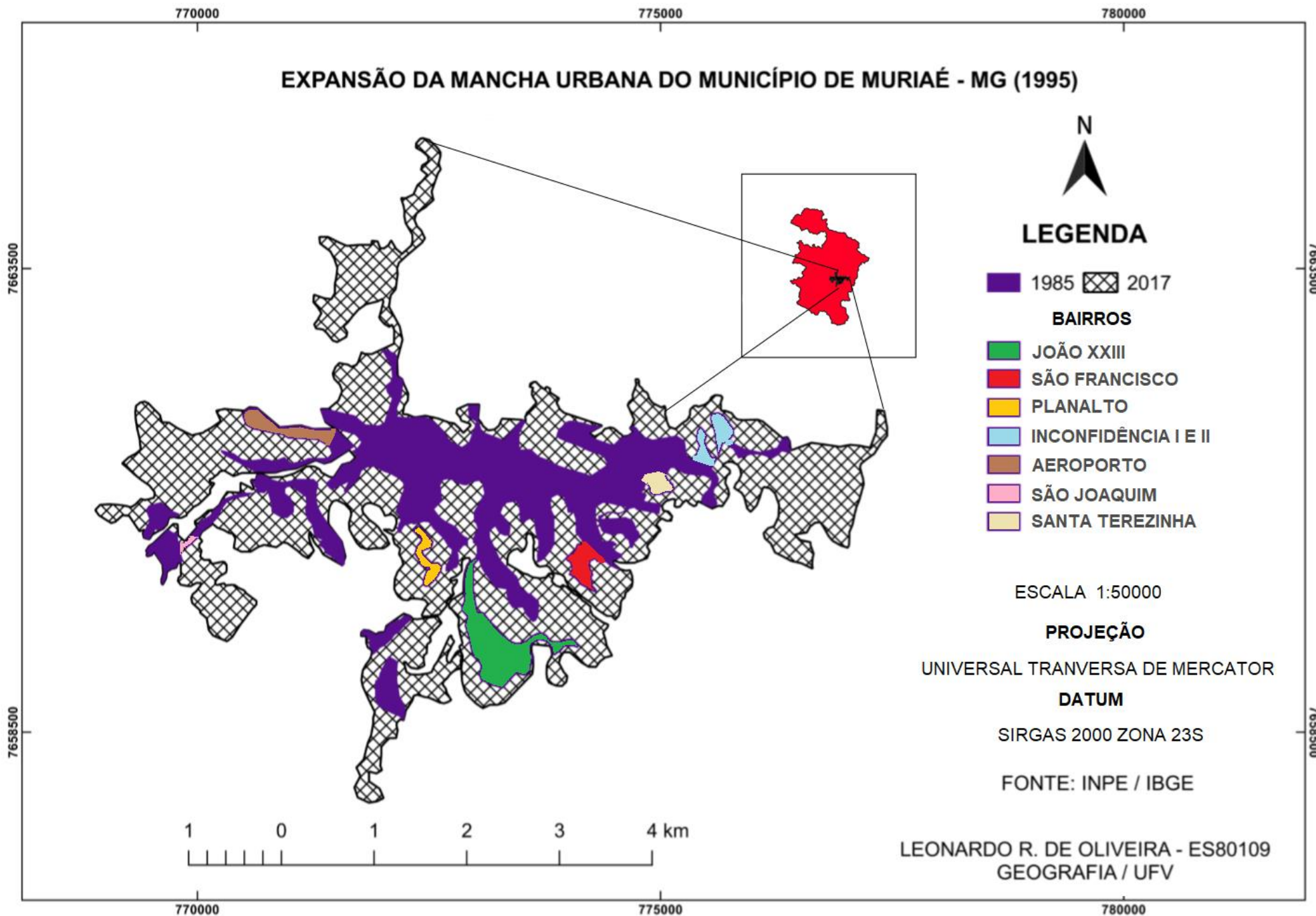
Como pode se observar no mapa anterior, a maior faixa de concentração da mancha urbana no ano de 1985 reflete quase que na sua totalidade, nas áreas centrais, já com uma população em cerca de 77.287 habitantes. Nota-se também que os pontos de expansão dessa mancha na porção sul e na faixa sudeste, correspondem justamente ao período de execução das políticas habitacionais do BNH, sendo eles os bairros João XXIII (Sul) e São Francisco (Sudeste) (CIRINO, 2014).

Enquanto produto desse resultado inexpressivo (no sentido de atender demandas sociais), surge em um contexto pós-BNH, uma alternativa de correção desse espectro, por meio das construções gestadas pela COHAB MG – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. Através da COHAB, diversos novos bairros constituíram-se na paisagem urbana muriaeense: Inconfidência I e II, São Joaquim e Planalto.

Ressalta-se que os bairros supracitados, terminaram por absorver boa parte do contingente gerado pela restrição financeira do BNH, formando durante o final da década de 1980 até o fim da década de 1990, novas configurações periféricas urbanas, com espaços distantes da região central e de seu aparelhamento e serviços. Diferentemente do BNH, nas COHAB's prevaleceram estruturas físicas domiciliares diferenciadas entre si, muitas vezes condicionadas a uma estagnação do próprio patamar financeiro dos indivíduos inseridos, resultando em dinâmicas que refletem em locais menos luminosos (no sentido de sua estrutura urbana geral), como o Bairro São Joaquim, e também em espaços mais inseridos no fluxo urbano, como ocorre nos Bairros Planalto e Inconfidência¹⁷ (CIRINO, 2014).

Outros movimentos independentes também contribuíram para a expansão da mancha urbana na direção das periferias. Paralelo a essas expressões (BNH e COHAB), manifestações habitacionais próprias inserem-se no espaço urbano à medida que a esfera municipal delibera acerca dos loteamentos disponíveis. Segundo FERREIRA (2015, p.31) durante os anos da década de 1990, a prefeitura municipal construiu loteamentos públicos nas áreas limiáres a mancha urbana da época, dando vazão para os espaços elevados e instituindo uma solução para uma demanda, visto que já no ano de 1995, a cidade contava com 88.343 habitantes

¹⁷ Essa estrutura ocorre principalmente pela sua localização. Os bairros Planalto e Inconfidência, ainda que sejam relativamente distantes do centro, são mais próximos dele em relação ao bairro São Joaquim, sendo o último, localizado na extrema periferia da cidade.



Em uma leitura desse segundo mapa, a partir de uma classificação da mancha urbana do ano de 1995, podemos verificar que de fato as frentes de expansão se direcionaram pelas novas áreas construídas pela COHAB, a saber: Bairro São Joaquim (Região sudoeste do mapa), Planalto (mesorregião, fazendo fronteira com a Barra e João XXIII) e Inconfidência I e II (extremo leste do mapa). Importante pontuar também a consolidação das políticas do BNH, observando nos bairros João XXIII (região sul) e São Francisco (porção sudeste), um crescimento de sua mancha em relação a década anterior.

Outros pontos da cidade que não integraram as políticas da COHAB também possuíram uma expressiva expansão de seu espaço, como se verifica nos Bairros Santa Terezinha (sudeste do mapa, entre os bairros Inconfidência e Porto), Aeroporto (extremo oeste do mapa) e faixas no Norte e extremo sul da cidade, sendo essas, reflexos da dinamicidade econômica no entorno da BR-116 (fixação de pequenas e médias empresas automotivas), confirmando que em uma década de expansão, a mancha urbana geral cresceu em média 33% o seu tamanho.

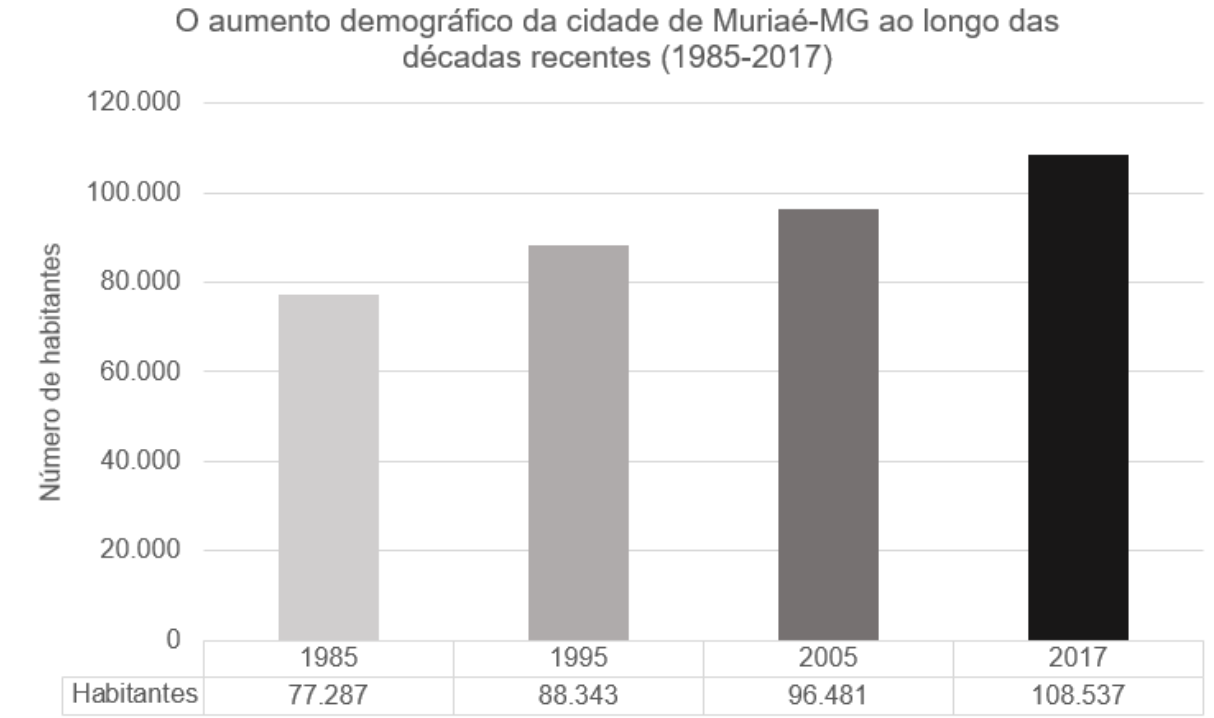
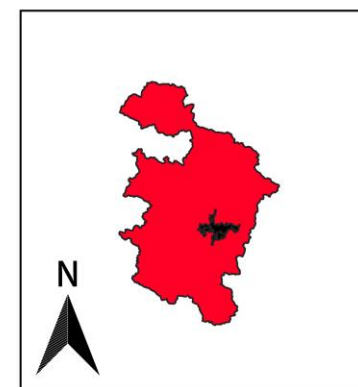
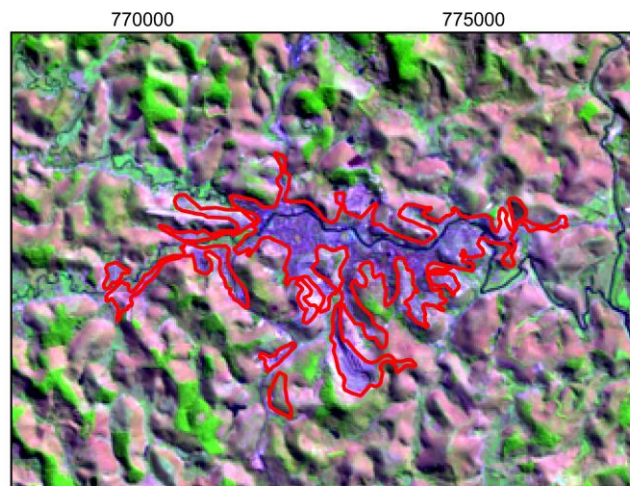
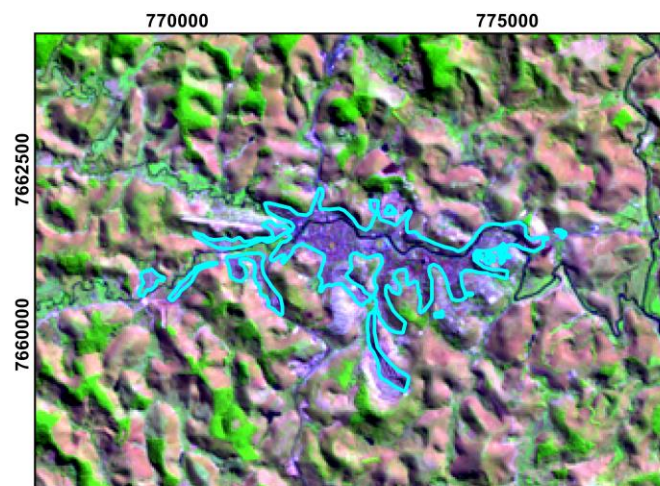


Tabela 1 – A população Muriaense ao longo dos anos (por número de habitantes);
 Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Autor: Leonardo R. de Oliveira

EXPANSÃO DA MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG (1985 - 2017)



PROJEÇÃO :
UNIVERSAL TRANSVERSA DE
MERCATOR - UTM

DATUM: SIRGAS 2000 ZONA
23S

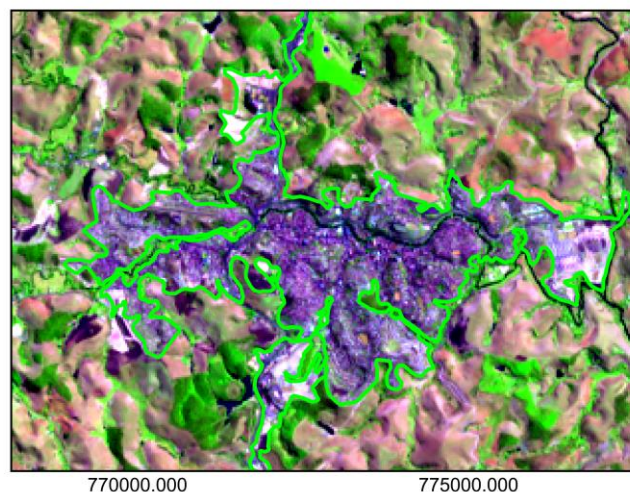
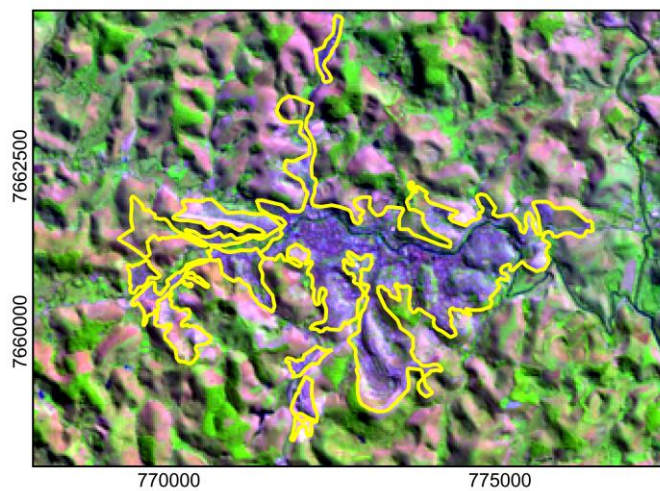
ESCALA 1:100000

FONTE: INPE / IBGE

LEGENDA



LEONARDO R. DE OLIVEIRA
GEOGRAFIA / UFV



Os anos iniciais da década de 2000, tanto na cidade de Muriaé como no contexto brasileiro geral, foram marcados por uma grande ruptura nas velhas práticas políticas, econômicas e em outros diversos segmentos. Observa-se, a partir de uma transição de um cenário político, diluindo conceitos anteriormente conservadores e próximos aos interesses dos atores econômicos dominantes, que abraça causas sociais, como os problemas relacionados a extrema pobreza, desemprego e moradia (CIRINO, 2014).

É legítimo afirmar que tais manifestações foram responsáveis por um grande período de pleno desenvolvimento, abarcando tantos setores sociais quanto os privados, que puderam crescer juntamente ao movimento. No caso de Muriaé, observa-se que o acesso ao crédito e a solidificação do consumo permitiram o surgimento de grandes empresas em diversas propostas, assim como na ampliação e efetivação de empreendimentos mais antigos.

Nesse caso, vale reafirmar o papel importante que essas empresas desempenharam na formação do mercado de trabalho moderno da cidade: Indústrias como a “CristalTemper”, importante fabricante de vidros (apesar dela existir desde os anos 60 enquanto pequeno porte, somente desenvolveu seu parque industrial na década de 2000), a “ConsulPlan”, empresa gestora de processos seletivos e concursos públicos (responsável pelas avaliações da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil) e “Rodoviário Líder”, empresa de transporte de cargas, são todos empreendimentos de grande escala, sendo atualmente os maiores empregadores da cidade, absorvendo mão de obra não especializada e respondendo quase sempre pela caracterização daquele “emprego fixo”, ou seja, posto de trabalho com maior estabilidade profissional em relação aos pequenos e médios empreendimentos.

Vale pontuar também a ação centralizadora que as ações privadas da Fundação Cristiano Varela instituíram no meio urbano. A construção do Hospital do Câncer (porção norte do mapa, localizado na BR-116) idealizado nos anos 1990 e inaugurado no ano de 2003, permitiu seu protagonismo como importante instituição de tratamento do câncer não só na região, mas também no Brasil todo. Através dela, é notável o alto fluxo diário desde então, de diversos pacientes e familiares das mais distintas regiões mineiras. É percebido inclusive, a permanência de muitas dessas famílias na cidade durante esse período, devido a ampliação de acesso à serviços e

instituições que a cidade passou a agregar, assim como na ampla oferta de emprego da época.

Como resultado desse período de grande desenvolvimento econômico, surgem então nos centros urbanos uma nova demanda por políticas de moradia. O tema já era tratado como pauta importante nos anos iniciais do governo Lula (2003-2006), visto a criação do “Ministério das Cidades”, no ano de 2003 e as discussões seguintes que iriam solidificar a implantação futura do programa “Minha Casa Minha Vida” (2009).

Em 2009, já no segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva enquanto presidente, cria-se a lei federal nº11.977, instituindo o “Minha Casa Minha Vida” – MCMV, como um grande espectro de reflexão acerca do acesso à moradia. Nessa etapa, ao invés de repetir velhos problemas encontrados no BNH e COHAB, o MCMV fragmentou sua adesão em várias faixas de atendimento, delineando especificidades econômicas de cada setor (CAIXA, 2018).

O foco principal do programa foi aquele de atender a uma demanda social, ou seja, para todos aqueles que foram restritos das políticas anteriores e que somavam em família, renda geral de um a três salários mínimos. Portanto, afirma-se aqui, que essa seria a primeira grande iniciativa federal a dar visibilidade para as famílias em estado de vulnerabilidade social. O programa, a partir do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS (Lei 11.124/2005) e suas diretrizes definiu três faixas de renda para seu ingresso: Aqueles que ganhavam de 0 a 3 salários mínimos; na segunda faixa, aqueles de renda entre 3 e 6 salários mínimos e no teto, aqueles de 6 a 10 salários mínimos (CIRINO, 2014).

O que se percebeu ao longo dos anos, é que o Minha Casa Minha Vida encontra êxito enquanto oferta de acesso ao direito de moradia e no cumprimento de uma função estritamente social. Nessa perspectiva, a política é extremamente eficaz e de fato positiva, porém ela termina falhando em alguns pontos essenciais, principalmente quando se trata da volta da consolidação periférica e da restrição do direito à cidade. Vale pontuar que nesses casos, a administração municipal se torna também responsável pelo processo.

No recorte muriaeense, percebemos as discrepâncias das faixas de atendimento do Minha Casa Minha Vida em várias expressões. No perfil daqueles que ganham acima de três salários mínimos, é notável que a sua manifestação

ocorreu de forma heterogênea ao longo dos anos, territorializando-se não somente em novos bairros populares, mas também em conjunto com outros já existentes.

Nessa faixa de atendimento, suas respectivas localizações adentraram-se em loteamentos periurbanos, próximos também do centro, sendo entendidos atualmente como uma faixa de transição entre o centro e as periferias. Verifica-se também um padrão de construção engessado e popularizado por construtoras que financiam seus imóveis pelo MCMV, verificado na leitura paisagística desses bairros, sendo eles: o Alto do Castelo (região próxima ao bairro São Francisco), Bairro Porto Belo (Próximo ao Porto), Chalé e Vale Verde (intermediações da Gávea):



Figura 6 – Perfil imobiliário e urbano dos bairros atendidos pelo MCMV (Porto Belo) (2011);

Fonte: Google Street View;



Figura 7 – Perfil imobiliário e urbano dos bairros atendidos pelo MCMV (Porto Belo) (2011);

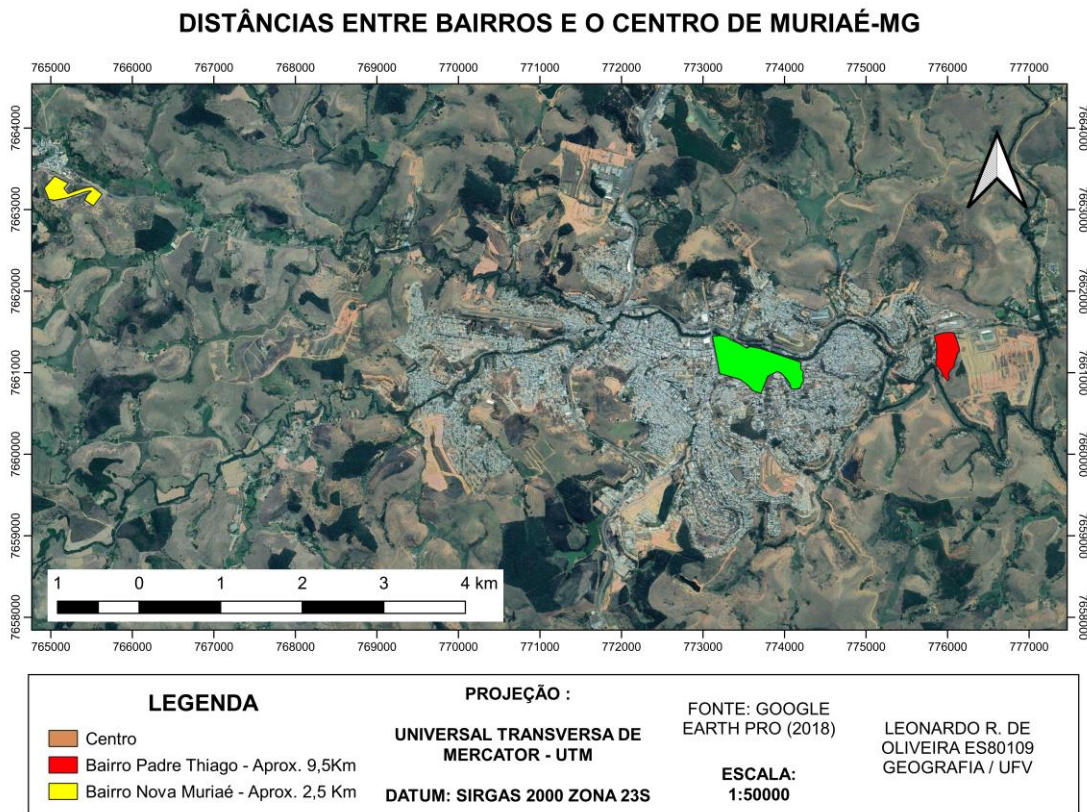
Fonte: Google Street View;

Importante salientar a proposta promovida pelas construtoras nesse caso, que possuem suas premissas estritamente conectadas à função do lucro: Casas de padrão médio, pequenas em sua concepção (permitindo uma devida ampliação, de acordo com as finalidades dos inseridos) e vendidas como opção para aqueles recém-chegados à classe média. Nesse caso, observa-se também uma forte interlocução entre as empresas promotoras desse espaço e a prefeitura municipal, tendo em vista que em todos esses locais da faixa intermediária do MCMV, os agentes públicos municipais atuaram expressivamente, deliberando calçamento, pavimentação asfáltica (atualmente quase todos são asfaltados) iluminação pública, rede de esgoto, transporte e serviços públicos com muita rapidez e eficiência, assim como aponta Cirino (2012, p.35)

Ainda com relação aos agentes, percebe-se que atuaram por meio da metamorfose das paisagens com o propósito de manutenção do poderio da elite, da valorização dos interesses dominantes, atendendo preferencialmente as classes média e alta.

Dessa forma, quando voltamos para a leitura das manifestações acerca da faixa inicial e principal do programa MCMV, ou seja, aqueles fragilizados em decorrência de sua vulnerabilidade social (moradores de área de risco, famílias em extrema pobreza e aquelas vivendo com 1 (um) salário mínimo), percebemos um caso único na cidade de Muriaé: a forte manutenção da periferização, a negligência de urgências sociais para além da moradia e a omissão do município perante tais circunstâncias.

O principal local onde essas relações ocorreram, foi na construção do condomínio popular “Nova Muriaé”, projeto habitacional financiado pelo MCMV construído em 2011, que buscou atender famílias inicialmente removidas de áreas de risco (houve uma tentativa de desocupação dos moradores da região da “Prainha”, onde se pretendia ampliar o tamanho de uma avenida central) através de uma indenização que seria paga pela entrega de um apartamento situado no condomínio (FERREIRA, 2015). O projeto habitacional foi construído nas imediações do distrito de Vermelho, pertencente ao município de Muriaé, distanciando-se cerca de 10km em relação ao centro da cidade, como mostra o exemplo abaixo:



Mapa 5 – Distância entre bairros e o centro de Muriaé – MG (2018);

Fonte: Google Earth Pro / Elaborado pelo autor

Devido à grande rejeição dos futuros moradores ao local, pontuando problemas graves como a fraca estrutura física dos apartamentos, empreendimento não compatível com as moradias anteriores, pouco espaço e a distância até o centro urbano, o projeto abriu seu ingresso para famílias que não se encontravam no entrave de remoção dos moradores da Prainha (FERREIRA, 2015).

Dessa forma, pode-se afirmar que o processo seletivo realizado através de sorteio, por meio da Caixa Econômica Federal (foi inclusive uma exigência da instituição), cumpriu sua função social no sentido de incluir a moradia enquanto interesse de relevância social. Suas etapas não envolveram distinção de nenhuma espécie, sendo o único requisito de ingresso, a vulnerabilidade social¹⁸. Apesar disso, nota-se que ao longo dos anos seguintes diversas circunstâncias, pautadas principalmente na sociabilidade entre os moradores, na própria estrutura dos apartamentos e na falta de atuação do município, trouxeram vários estigmas para a

¹⁸ Entende-se por vulnerabilidade social, a condição marginalizada de grupos, famílias ou indivíduos, perante outros na sociedade. Nesse caso, fatores socioeconômicos compõem a definição de vulnerabilidade.

imagem do conjunto, além de marcar também, um território em constante expansão do domínio do tráfico de drogas não especializado e em um alto índice de desistência por parte de moradores que se sentem inseguros (FERREIRA, 2015).



Figura 8 – Fachada do residencial “Nova Muriaé”, vista obtida do trecho da BR-356;

Fonte: Leonardo R. Oliveira

O isolamento do conjunto habitacional em relação a cidade, trouxe à tona diversos problemas da formulação de políticas públicas para as parcelas vulneráveis. Em um primeiro momento, percebe-se uma fundamentação que visa desde o início a manutenção da paisagem urbana no sentido de torná-la “limpa”. Observa-se que essa conotação, tratando esse segmento social como indesejável, determina um estigma fortemente perigoso. Fato é que, o condomínio, na medida em que se torna distante das ações do município e estado, redefine seu território para uma frente de resistência. Nessa circunstância, há o aumento das apropriações feitas pelo tráfico dos espaços abandonados (tomando apartamentos e transformando-os em itens mercadológicos), a resistência dos moradores para a frente violenta dessa relação, e a explosão dos conflitos (FERREIRA, 2015).

Em uma segunda observação, é fato de que sua localização restringiu a visão da moradia para além de sua estrutura. Os moradores do condomínio, ainda que morassem em locais de risco e vulnerabilidade anteriormente (não se julga aqui o cumprimento do papel do estado nesse sentido), possuíam acesso próximo a escolas, transporte urbano, hospitais, postos de saúde, supermercados, bancos e

todo o aparelhamento que o centro da cidade unifica e oferece. Dessa forma, toda a conjuntura pelo qual o condomínio foi construído, acaba por deliberar uma periferização para distâncias sociais ainda maiores do que já se encontravam anteriormente. Segundo Cirino (2012)

As políticas implantadas no município [...] têm-se mostrado ineficazes no sentido de trazer à população o direito pleno à cidade. O que se viu até agora foi a segregação, o aumento da especulação e políticas que tinham como objetivo manter o status dos agentes que conceberam aquele espaço. Talvez o número de moradias, ou até mesmo as estratégias, podem estar camuflando as racionalidades dos agentes sociais produtores do espaço urbano.

Por fim, confirma-se a premissa de que esse tipo de segmento do MCMV, destinado as classes vulneráveis, acabou por potencializar a periferização desses espaços. Mesmo com experiências erráticas até então, os conjuntos promovidos pelo programa na cidade de Muriaé continuam a repetir velhas falhas, sendo verificado isso, na construção do loteamento Vermelho II, paralelo ao condomínio “Nova Muriaé”, que ainda não foi entregue para os beneficiados:



Figura 9: Bairro Popular “Vermelho II”;

Fonte: Silvan Alves;

Dessa forma, o próximo capítulo versará sobre um modelo alternativo de habitação social, sendo ele, o bairro Padre Thiago, gestado por meio da ONG “Obras Sociais Pró-Moradia” através de parcerias entre a Igreja Católica, agentes privados e município. Dentro da discussão, foi realizado uma leitura crítica de suas condições de adesão, histórico, perfil do programa, estruturas domiciliares e urbanas, assim como os elementos espaciais que exercem influência no seu meio.

Por fim, foram elencadas sugestões de intervenções no sentido de se potencializar a efetividade dessas ações sociais.

8- O BAIRRO PADRE THIAGO E SEU PERFIL PERANTE OUTROS MODELOS: CRÍTICAS E PROPOSTAS.

8.1- Histórico

Dentro do município de Muriaé, as relações envolvendo a Igreja Católica e a cidade, são relativamente antigas: Desde a instalação da Rede Marcelina de Educação (entre as décadas de 1920 e 1930), até a execução de suas benfeitorias sociais, a entidade atua consideravelmente nos segmentos sociais. As formas pelas quais a Igreja manifestou suas ações foram diversas ao longo do tempo, transitando pelas atividades de ajuda alimentar para famílias carentes, por meio de doações e pequenos eventos de arrecadação, até na consolidação de trabalhos voluntários no agrupamento das comunidades e na “evangelização” destas (PRÓ-MORADIA, 2018).

De acordo com a ONG Pró-Moradia¹⁹, seus trabalhos voluntários voltados para o acesso à moradia popular em Muriaé, iniciam-se a partir da chegada de “Jacobus Adrianus Sgfridus Prins”, mais conhecido como Padre Thiago, na paróquia do bairro do Porto, em 1991. Após sua decisão de permanecer na localidade, Padre Thiago adentra intimamente pelos problemas familiares dos fieis de sua igreja, percebendo que havia uma grande carência não somente no sentido material, mas muitas vezes, seus seguidores viviam em condições precárias de habitação, formadas por alarmantes estruturas e locais de risco.

Sendo assim, em 1992, junto com diversos colaboradores da Igreja, é inaugurado o programa Pró-Moradia, construindo no mesmo ano, a partir de um mutirão formado por dez famílias iniciais, as dez primeiras residências do projeto. Nessa época, a germinação do programa foi realizada no Bairro Marambaia (localizado nos limiares entre Porto e Inconfidência), que já se encontrava parcialmente ocupado por habitações autoconstruídas espontaneamente em processos urbanos anteriores (PRÓ-MORADIA, 2018).

¹⁹ http://www.promoradia.com.br/p_historia.htm

Nessa fase primária, todos os loteamentos foram disponibilizados pela prefeitura municipal, que priorizou terras periféricas da época e direcionou as construções para os espaços subutilizados do Marambaia. Vale ressaltar, que essa etapa inicial, considerada como “piloto”, culminou em construções situadas em áreas de risco, como aponta Barbosa (2017, p. 87), prejudicando os beneficiados do programa até então.

Após a década de 1990, onde o projeto Pró-Moradia excursiona por outras experiências de resultados similares, como aconteceu no Bairro São Joaquim (a partir de doações de terrenos privados em 1995, já parcialmente ocupado pelo COHAB), o programa não consegue mais doações do município, e decide então, no início dos anos 2000, a partir de doações oriundas da Holanda (especificamente Antoon Piet Kalkers e Jacoba Maria Kalkers Von Haaster, filantropos católicos), comprar a fazenda “Vale Verde”, área próxima do Marambaia e grande o suficiente para a continuidade dos trabalhos. Segundo informações de sua página na internet, desde 1994, as Obras Sociais Pró-Moradia são reconhecidas como utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, com registro e certificação do Conselho Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social (PRÓ-MORADIA, 2018).

Cabe delimitar aqui, que as leituras seguintes não incorporaram o Bairro Padre Thiago por completo (No ano de 2010, por questões legislativas, as áreas do Vale Verde e o Marambaia são anexadas via lei municipal, dando origem ao Bairro Padre Thiago), devido aos projetos pilotos terem sido apropriados culturalmente e socialmente pelos bairros onde se instalaram. O recorte principal, será focado nas construções iniciadas no ano de 2001 e que se expandem até na atualidade, onde residem os atores, suas expressões, assim como as suas relações afetivas de identidade com o local (PRÓ-MORADIA, 2018).

8.2- Características do projeto;

De acordo com as informações obtidas pelo site da instituição²⁰, os processos que envolvem a admissão dos moradores e a execução do projeto, são realizados por meio de ciclos que vão desde as reuniões iniciais para a análise

²⁰ www.promoradia.com.br

socioeconômica, passando pela formação do grupo de trabalho, até a entrega das casas e atividades de continuidade comunitária. No que tange aos requisitos de ingresso no programa, segundo dados do Pró-Moradia (PRÓ-MORADIA, 2018), destacam-se os parâmetros principais que as famílias precisam atender, sendo eles:

- Renda familiar somada de zero (0) a três (3) salários mínimos vigentes;
- Não possuir imóvel ou automóvel registrado;
- Ter filhos menores de 12 anos e matriculados na escola;
- Estar aberto à convivência comunitária, participando dos eventos promovidos;

Após análise socioeconômica, as famílias que cumprem com as exigências são selecionadas para o projeto e convocadas para os eventos rotineiros promovidos pela Igreja, realizando a apresentação dos selecionados e conseqüentemente, desenvolvendo uma relação mais próxima entre os indivíduos. A partir disso são formados grupos de mutirão com membros das próprias famílias beneficiadas (Nesse caso, os homens caracterizam a força de trabalho), que deverão trabalhar em regime cooperativo. Dessa forma, durante seis meses de trabalho, ao longo dos finais de semana, o mutirão constrói casa por casa, a partir da seguinte planta arquitetônica (PRÓ-MORADIA, 2018):

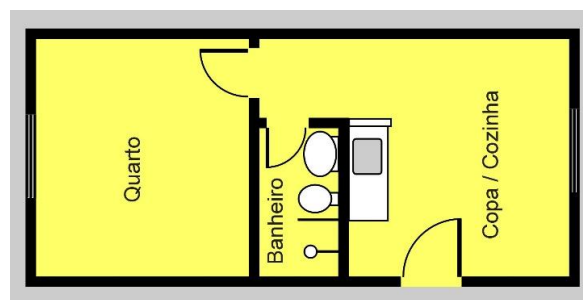


Figura 10: Planta baixa do projeto “Pró-Moradia”;

Fonte: Pró-Moradia;

Por ser um programa sem fins lucrativos, além do uso dessa mão-de-obra voluntária, são necessários R\$4.000 para os materiais que serão utilizados. Tal custo, definido por unidade, é arrecadado por meio de doações da própria Igreja e de entidades que queiram colaborar, ou seja, o único investimento da família

beneficiada seria com a própria mão-de-obra, isentando-se de responsabilidades financeiras.

8.3- Percepções acerca do cotidiano do bairro;

Para essa etapa de leitura da paisagem local e percepção sobre a relação dos moradores com o bairro, foi elaborado inicialmente um questionário nos moldes tradicionais, com questões objetivas sobre diversos elementos, desde a estrutura física do local até nas temáticas envolvendo direito à cidade e segurança. Na medida em que essa estratégia foi se tornando ineficaz, já que houve grande desinteresse dos moradores em responder (por achar o estilo “maçante” e um tanto invasivo), optou-se por direcionar a pesquisa em um caráter puramente qualitativo, através de conversas informais e encontros ocasionais.

Dessa forma, uma das moradoras mais antigas do local (que a pedido da própria será identificada pelo nome de “Jussara”), se prontificou a acompanhar esse processo de percepção, propôs questionamentos, levantou demandas locais e contribuiu imensamente para o posicionamento crítico da pesquisa.

Em uma conversa inicial, foi pedido para que Jussara falasse sobre sua história: Segundo Jussara, no início dos anos 2000, encontrava-se em uma situação familiar delicada – Era casada, com três filhos pequenos e dependente da ajuda financeira dos pais e de parentes. Ainda morando na casa dos pais, Jussara tomou ciência sobre o projeto Pró-Moradia através de anúncios na estação de rádio local e também por descobrir que alguns amigos também iriam morar no bairro, e, em menos de um ano, participou dos processos seletivos com sua família, sendo aceita no final das etapas.

Sobre o processo de construção das casas, Jussara não se opõe quanto ao uso da mão de obra própria nas etapas. Relata que apesar do sistema de ajuda mútua ter sido cansativo ao longo dos meses (os homens trabalhavam nas obras e as mulheres no assessoramento, levando alimentos e cuidando dos filhos), foi justamente nesse período que pode conhecer seus futuros vizinhos e criar relacionamentos que perduram até a atualidade. Importante elencar aqui, o questionamento que Barbosa (2017, p. 87) faz sobre a questão dos mutirões:

Entretanto, como não podia deixar de ser, o mutirão apresenta algumas questões polêmicas a serem trabalhadas. A primeira delas

refere - se à expropriação do trabalhador, tendo em vista que este tem seu tempo de descanso usurpado em prol das construções de moradia.

Ainda nessa questão, Jussara expressa que apesar do grande esforço aplicado e a consequente privação do descanso, acredita que não teria condições de comprar uma casa própria de forma independente, e em cenário parecido, também teria utilizado recursos e força de trabalho familiar para a construção de uma moradia anexa à propriedade de seus pais.

Nesse caso, não se pretendeu buscar reflexões absolutas sobre a ética desse modelo cooperativo. O que se percebe aqui, é que a concepção dessa temática é extremamente variada, e que cada indivíduo inserido no processo possui uma visão própria, dessa forma, singularizar a problemática, seria negligente ao passo que se restringe as percepções pessoais. Porém, ao questionar a comunidade acerca das etapas, pautas como “coletividade” se tornaram expressivas, na medida que indicaram um clima de boa convivência entre vizinhos. Segundo Halbwachs (1950, p. 64-65, apud PATERNIANI, 2012, p.14):

O que existe na vida social enquanto coletividades são correntes de pensamento, que ora se cruzam, ora divergem. É a corrente de pensamento que constitui um grupo social. [...] o grupo social[...] se constitui no pensamento, mas é o compartilhamento da percepção (ou a percepção compartilhada) do movimento dos corpos materiais que possibilita constatar uma dimensão de simultaneidade e de regularidade, a existência e o reconhecimento do grupo como coletivo no mesmo tempo-espaco. Essa percepção garante aos membros do grupo o estatuto de iguais, sintetizado, por sua vez, em convenções

Ainda nessa discussão sobre convívio, é percebido, tanto pela mídia local, quanto pelos boletins policiais, que o bairro possui um ambiente pacífico de modo geral, com raros registros de violência. Segundo Jussara e alguns moradores, os atos violentos são baixos, e quando ocorrem, sua circunstância é encontrada na esfera privada de algumas famílias, como brigas entre parentes e desentendimentos internos, sem uso de arma de fogo ou similares.

Moradores dizem também que no início da década de 2000 aconteceram alguns registros de furtos²¹ noturnos, principalmente quando não havia nenhum morador dentro de suas residências. Porém confirmam que ao longo dos anos, na

²¹ Subtração de bem pessoal sem a presença da vítima e sem uso de violência;

medida em que o bairro foi expandindo seu território, esses registros foram diminuindo.

A crítica que Jussara e alguns moradores fazem em relação à segurança, não diz respeito a violência em si, mas por alguns casos isolados de tráfico de drogas. Porém pontuam em suas afirmações, lembrando que esse cenário é um retrato generalizado da cidade e não condiz à um local específico somente. Acessando veículos de informações locais, foi verificado que na busca de notícias acerca do bairro (utilizando os termos “Padre Thiago e “Vale Verde”)²² em um período de dez (10) anos (2008 a 2010), menos de dez registros eram relacionados à violência (um registro sobre tentativa de homicídio e oito sobre tráfico de drogas).

Nesse caso, não houve intenção de se banalizar a questão da violência, como se ela fosse inexistente. O que se percebe aqui, é que as dimensões pela qual ela é vivenciada são distintas de outros bairros populares, como no caso do conjunto Nova Muriaé, onde seus problemas de segurança possuem raízes em problematizações mais profundas e complexas. É realidade também, que muitas das polêmicas envolvendo percepções sobre segurança, são frutos de consensos e estigmas sociais, não sendo muito raro de se ouvir de outros setores populares, expressões enobrecendo o bairro Padre Thiago assim como outras que depreciam as instalações do Minha Casa Minha Vida.

8.4- Estrutura das casas e mobiliário urbano

Em uma leitura paisagística do bairro, percebe-se que as casas possuem um padrão variado entre si, e que as mais antigas em especial, já não possuem a mesma morfologia do projeto originário. Ao questionar isso para Jussara, a própria explica que as casas foram construídas a partir de um modelo “embrionário”, localizado no centro do lote disponibilizado. Dessa forma, entende-se que nenhuma das casas são anexadas no limite do terreno, obtendo espaço suficiente para alterações e expansões futuras, assim como uma maior preservação da privacidade.

Confirma-se então que, ao contrário do que se presencia nos projetos do MCMV (pelo menos no que diz respeito ao Nova Muriaé e Vermelho II), nas experiências verificadas no Padre Thiago as famílias acabam apropriando-se de

²² <http://www.silvanalves.com.br>

seus espaços, criando seus territórios e manifestando individualidades, que na maioria dos casos, foram condicionados à sua própria situação financeira ao longo do tempo, gerando um cenário heterogêneo, como mostra as fotos abaixo:



Figura 11: Residência padrão do Pró-Moradia;

Fonte: Leonardo R. Oliveira



Figura 12: Residência ampliada do Pró-Moradia;

Fonte: Leonardo R. Oliveira

Porém cabe pontuar, assim como levanta Barbosa (2017), que a falta de acompanhamento técnico por parte dessas famílias acaba por potencializar problemáticas já encontradas em outras expressões de autoconstrução, como por exemplo, o não cumprimento de legislações, sejam elas ambientais ou de uso do solo.

No que diz respeito às estruturas fornecidas pela prefeitura municipal, percebe-se de modo geral, que ela atende às demandas básicas, sendo elas:

iluminação pública, calçamento, arborização, coleta de lixo, tratamento de esgoto e fornecimento de água. Ao transitar pelo bairro, não foi localizado de fato, a falta de nenhum desses itens anteriores. O bairro é assessorado também com uma escola municipal (E.M Professora Ionyr Bastos Dias), situada no centro de sua área, compreendendo o limiar entre os antigos Marambaia e Vale Verde, e um posto de saúde (Programa Saúde da Família – PSF), com atendimentos básicos e fornecimento de medicamentos.

Apesar disso, Jussara pondera sobre a não continuidade do poder público municipal no atendimento de algumas infraestruturas, e isso é percebido em alguns pontos. Os moradores por exemplo, atestam que a pavimentação asfáltica é uma grande demanda do bairro e mesmo que não seja essencial, seria de grande utilidade, visto que alguns dos moradores mais antigos já possuem veículos automotores, e ainda ressaltam que a pavimentação englobaria de certa forma, valor estético para o bairro.

Outro ponto diz respeito a manutenção das distâncias em relação ao centro. Devido ao bairro não possuir nenhum tipo de comércio formal e instituições próximas como mercearias, farmácias e outros empreendimentos de suprimentos básicos, assim como lotéricas e hospitais, se faz necessário percorrer um trecho que pode chegar até 2,5km, a depender da necessidade. Como crítica, os moradores pautam sobre a dificuldade e a inviabilização do uso do transporte público, devido a sua irregularidade de horários, demora de atendimento, assim como na falta de acessibilidade para o pedestre em geral, que representa o modo de transporte cotidiano.

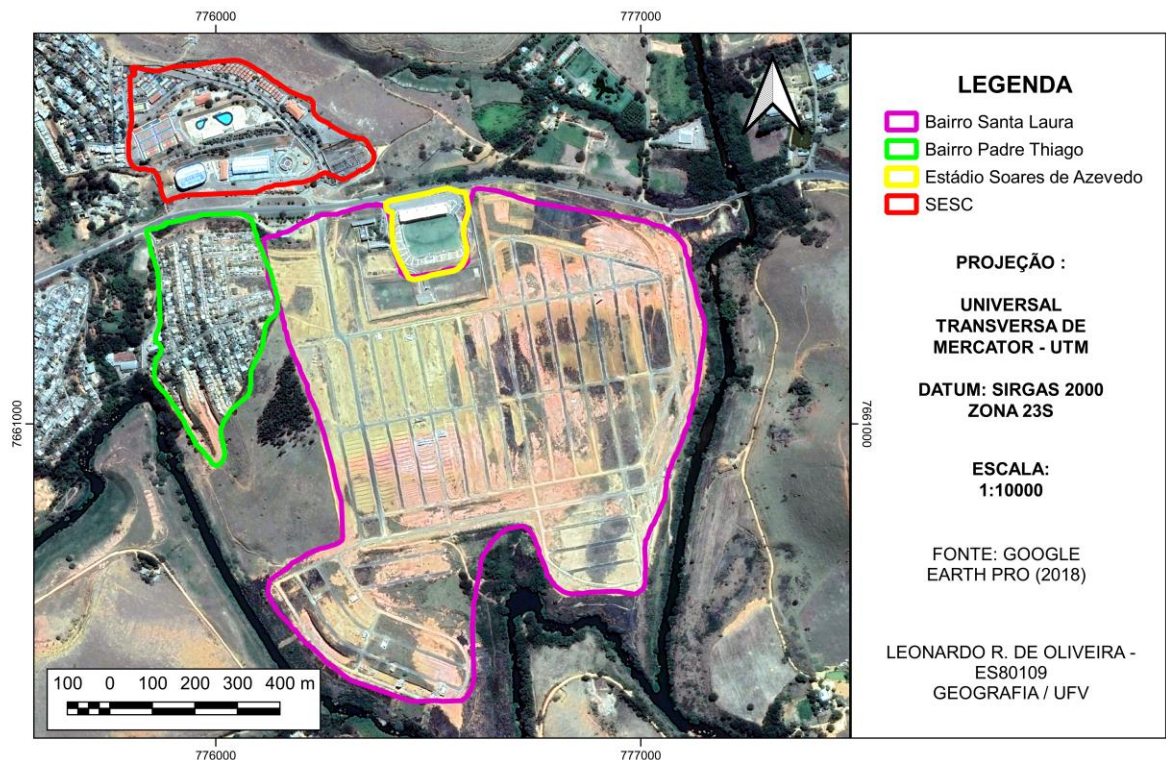
8.5- Redefinição dos espaços e novos usos: Discussões e propostas.

A partir de uma leitura externa do Bairro Padre Thiago, conectando-se com as transformações do tecido urbano e as novas expressões do local, percebemos que a região atravessa atualmente um forte movimento de especulação imobiliária, formado principalmente por vários processos de valorização fundiária e urbanização seletiva.

Uma explicação de como isso ocorre, seria na configuração espacial desenvolvida ao longo dos anos recentes, que agregou nas proximidades do bairro, elementos distintos como a abertura de uma unidade do SESC – Serviço Social do

Comércio, de um loteamento de grandes proporções voltado para as classes média-alta (Loteamento Santa Laura) e um estádio de futebol (Estádio Soares de Azevedo).

BAIRRO PADRE THIAGO E SEU ENTORNO (2018)



Mapa 6 - Bairro Padre Thiago e seu entorno (2018);

Fonte: Google Earth Pro / Elaborado pelo autor

O processo de ocupação das áreas próximas ao Padre Thiago se deu, em sua totalidade, a partir da instalação de empreendimentos e estruturas do setor privado, com finalidades puramente mercadológicas, que de certa forma, culminou na valorização fundiária do local e ativou um fluxo de consumidores e serviços.

Em relação ao SESC, sua unidade já era prevista desde o final dos anos 90, aproximadamente, porém sua inauguração só veio a ocorrer em meados de 2014²³, trazendo alguns impactos na vivência local. Nesse caso, o que se verifica sobre o SESC, é que ele surge no espaço respondendo algumas demandas que o setor municipal não consegue atender com plenitude.

²³ <http://www.sesc.com.br/portal/noticias/sesc/sesc+inaugura+unidade+em+muriae>

Alguns exemplos são verificados na utilidade pública do SESC em relação aos seus atendimentos de cunho social. Moradores relataram que a unidade de Muriaé é muito importante no desenvolvimento local, ressaltando que todos os seus filhos, além de frequentarem a escola do município, são matriculados no SESC, participando de oficinas educacionais variadas, acessando práticas esportivas por meio de quadras e piscinas, programas culturais, além de serem amparados por um programa alimentar e de saúde.

A partir então desse vínculo entre a comunidade do bairro e a unidade do SESC, percebe-se que a falta de ferramentas urbanas limita de certo modo, a acessibilidade dessas pessoas. Em relação do amparo ao pedestre, faltam calçadas e faixas adequadas para o trânsito seguro, assim como sinalizações, não somente em direção ao SESC, mas também no sentido “centro” da cidade, como mostram as figuras abaixo:



Figura 13: Ausência de aparelhamento urbano. BR-356 (2018);

Fonte: Leonardo R. Oliveira



Figura 14: Ausência de aparelhamento urbano. BR-356 (2018);

Fonte: Leonardo R. Oliveira

Em relação ao processo de especulação e urbanização seletiva, verifica-se que a concentração financeira de certos atores acaba promovendo distorções na paisagem e no tecido urbano, revelando fortes contradições e vulnerabilidades. Essas relações são percebidas com intensidade quando se apreende o porte estrutural do loteamento Santa Laura, que na sua essência, corresponde a padrões voltados à classe média – alta. Tal conjuntura explicita sua valorização imobiliária, com loteamentos que transitam em patamares de até R\$150.000, mesmo em contexto de crise financeira.

Importante notar como que o poder público de forma geral, termina por deliberar e legitimar esses espaços de valorização: na faixa de especulação, as estruturas urbanas são coerentes, funcionais, com espaços verdes e bem conectados. Porém pontua-se aqui, que essas funcionalidades são construídas para atenderem à interesses específicos, como por exemplo, a valorização do uso de veículos em detrimento do pedestre, o que por si só, já demonstra algumas limitações.

Avançando na temática, torna-se evidente que tal processo de valorização desses espaços promovem um forte movimento de invisibilização do bairro Padre Thiago. A maior resposta disso, é na lógica mercadológica que, na medida que o

espaço é apropriado e apresentado como produto, necessita de características físicas e funcionais que auxiliem na sua própria representação, ou seja, precisa ser atrativo para o seu público-alvo.



Figura 15: Vista aérea dos bairros Padre Thiago e Santa Laura (2017);

Fonte: SilvanAlves²⁴ (adaptado)

Observa-se na imagem acima, a lógica de assentamento dos grandes empreendimentos: Nas setas do lado esquerdo, a declividade acentuada no sentido do Bairro Padre Thiago, faz com que o local não seja percebido pelo tráfego em geral; na seta do lado direito, um grande cinturão multifuncional – o uso do verde enquanto item de valorização capital e como barreira física que define fronteiras do seu próprio território.

Diante de tais distorções, algumas sugestões de intervenções são apresentadas ao poder público, no sentido de se promover uma maior integração desses espaços, em uma prática que valorize o bairro Padre Thiago e o inclua também no acesso à cidade. Em um primeiro momento, é extremamente necessário o aumento da acessibilidade do pedestre em vários níveis. Para a questão da locomoção, seria essencial a ampliação do trajeto Via Saúde (pista anexada ao

²⁴ www.silvanalves.com.br

longo dos trechos da BR-166 e BR356). O percurso que atualmente termina na entrada do antigo Marambaia, poderia continuar sua extensão, passando pelo bairro Padre Thiago, conectando-se ao estádio Soares de Azevedo, assim como no bairro Santa Laura. Tal ampliação promoveria mais segurança e conforto para os transeuntes, visto o risco que se corre no tráfego pelo acostamento de estradas.



Figura 16: Vista de trecho da Via Saúde (2018);

Fonte: Leonardo R. de Oliveira

Na continuidade dessa lógica, é primordial que a ampliação dessa pista para pedestres seja acompanhada por aparelhamento urbano ideal: faixa de pedestre, placas sinalizadoras e redutores de velocidade. Tais sugestões visariam o aproveitamento completo e seguro das funcionalidades que o local fornece, como o SESC, por exemplo. O SESC ao longo do tempo, foi apropriado (com razões legítimas) pelos moradores na medida em que supre certas carências. Dessa forma, sabendo que o bairro faz bom uso da instituição e que a grande maioria dos moradores se locomove a pé, é essencial fornecer condições de acesso seguro, conforto e adequação.

Também se evidencia aqui a relação de dependência que o bairro possui com o SESC no que tange aos espaços de lazer. É fundamental que se promova circuitos de sociabilidade no próprio bairro, como praças e áreas públicas de convívio, de práticas esportivas e de acesso ao meio ambiente, já que essas relações aconteciam sumariamente por iniciativas do próprio Pró-moradia e da Igreja Católica.

Por fim, sugere-se que a prefeitura municipal priorize a inclusão de elementos e ações que permitam melhorar a habitação do local, assim como a sua infraestrutura. Sendo assim, é necessário que um trabalho de urbanização seja feito no bairro, algo que os próprios moradores demandam: asfaltamento de todo o bairro, delimitação de calçadas, contenção de algumas pequenas faixas de encostas que se encontram em processos erosivos e melhora da frota de transporte coletivo.

Também se alerta sobre a necessidade de acompanhamento técnico profissional nas manifestações de autoconstrução do bairro. É visto que na medida em que as condições financeiras familiares são solidificadas, elas fornecem maneiras de ampliação das residências: Não se reprime aqui a questão da autoconstrução, já que sua expressão é legítima, e condiz com a própria evolução do projeto e das famílias ao longo do tempo. Porém, talvez por um caso de desinformação, negligencia-se a possibilidade de assessoramento gratuito, que já é fornecido pela prefeitura municipal para famílias carentes. Nesse caso, é preciso que se desenvolva um canal de comunicação mais efetivo entre o poder público e as camadas sociais mais vulneráveis, para a oferta de serviços públicos e compreensão dos problemas e demandas locais.



Figura 17: Entrada do bairro Padre Thiago;

Fonte: Leonardo R. de Oliveira

9- CONSIDERAÇÕES FINAIS;

Assim como ocorre nos grandes centros, há o conhecimento de que os fenômenos de expansão das médias cidades são oriundos de diversos aspectos sociopolíticos pouco estruturados ou pensados. Tratando-se das últimas décadas, o Brasil passou por uma de suas maiores manifestações demográficas, sendo resultado do grande poder de atratividade das cidades por meio de suas ofertas de estruturas e emprego. Como consequência disso, sedimenta-se ao longo do tempo diversas porosidades sociais como a pobreza, a segregação, marginalização do acesso aos bens dos grandes centros, além da precarização das relações sobre habitação.

Quando se trata das políticas públicas e questões voltadas para a moradia, verifica-se que suas ações são extremamente recentes e com resultados heterogêneos, mas no geral, com mais expressões conflitantes do que satisfatórias sobre a problemática. Centrando a discussão no recorte da pesquisa, verificou-se que em Muriaé, as políticas públicas de habitação dos anos 1980 e 1990, trouxeram segmentos diferenciados: as apropriações do BNH enquanto política de acesso, designou um grande processo de especulação, resultando na paisagem atual, espaços hipervalorizados ocupados pelas classes média-alta da sociedade. No resultado do COHAB, percebemos que suas políticas legitimaram espaços diferenciados - ora luminosos, dada as circunstâncias de sua localização, ora opacos, influenciados pelo próprio ritmo de periferização instaurado.

Enquanto resultado desse ritmo desenfreado restritivo do acesso social à moradia, germinou-se pela primeira vez, a partir dos anos 2000, uma política nacional de habitação que conseguiu detalhar a problemática em diversos níveis: O Minha Casa Minha Vida. Sua estrutura de financiamento permitiu o acesso à bens imobiliários para inúmeras famílias, focando principalmente, naquelas em situação de vulnerabilidade financeira e social. Apesar do pioneirismo dessas ações, é realidade que seus resultados trouxeram à tona novas perspectivas periféricas e, na experiência muriaeense, verificou-se novamente a atuação de frentes capitais na manutenção de interesses, caracterizando os segmentos médios do MCMV como as faixas recentes de expansão urbana.

Já nas abordagens em relação às categorias de entrada, ou seja, as classes sociais em estado de vulnerabilidade, o Minha Casa Minha Vida promoveu

configurações que trouxeram distâncias físicas e sociais de grande impacto. No caso do bairro Nova Muriaé e o mais recente do programa, Vermelho II, a explosão dos conflitos internos revela problemáticas profundas a serem trabalhadas, como nos casos dos territórios de violência e restrição do acesso à cidade. Apesar de seu projeto piloto ter sido criado anteriormente a esse período, o bairro Padre Thiago, através de suas iniciativas filantrópicas, tenta se consolidar no espaço urbano como alternativa melhor estruturada para essa demanda social.

Dessa forma, após a leitura espacial e comunitária do bairro Padre Thiago, confirma-se, no que diz respeito às experiências conjuntas, que o Pró-Moradia soergue uma importante característica a ser implementada em projetos de habitação popular: a da coletividade. Dessa forma, pode-se afirmar que os processos coletivos estabelecidos no decorrer dos atos, acabaram por trazer um sentimento de unidade, que fica nítido quando se escuta as vozes do bairro.

É fato que, apesar da formatação do projeto permitir as expressões dos indivíduos inseridos a partir de seu próprio espaço, seu território acaba se tornando fragilizado na medida em que novas manifestações de especulação exercem forças sobre ele. Nesse caso, as falhas tornam-se evidentes, trazendo mais uma vez, potenciais marcas de segregação, como a urbanização seletiva e a restrição do acesso aos meios urbanos.

10-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS;

AB' SABER, Aziz. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora hucitec, 2004.

ANDRADE, Rômulo Garcia. **Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX)**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. 2006.

BARBOSA, Felipe Perdigão. **O projeto social pró-moradia: do direito à moradia à sua apropriação como mercadoria**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017.

BARREIROS, Daniel de Pinho. **A crise de 1929 e duas elites: São Paulo e Rio de Janeiro diante da Grande Depressão**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 128-144, jan./jun. 2009

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A HISTÓRICA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA DO BRASIL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE PAULICÉIA/SP1**. Geografia em Questão, São Paulo, v. 4, n. 1, p.13-60, 2011.

CÂMARA, Jamila Aparecida Silva . **NAS SOMBRAS DOS CAFEZAIS: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal Fluminense. Niterói - 2014.

CIRINO, Douglas Soares. **Agentes Sociais e Políticas Públicas Habitacionais em Muriaé – Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. PUC Rio. Rio de Janeiro. 2012.

CORRÊA, R.L. – **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática, Série Princípios, 1989.

FERREIRA, Diogo da Cruz. **Das consequências do programa Minha Casa Minha Vida na sociabilidade de um “condomínio” em uma cidade média de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem – CCH. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes. 2015.

GEIST, H. J. e LAMBIN, E. F. **What drives tropical deforestation?** LUCR Report Series No. 4. Land Use and Land Cover Change, International Geosphere-Biosphere Programme. 2001.

Google Maps. Disponível em : <http://maps.google.com>. Acesso em 15 de maio de 2018.

HARVEY, D. 2008. **“The right to the city”**. New Left Review, v.53.

HASTENREITER, José Carlos. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Fundação Hastenreiter. Ano X, nº7. Muriaé-MG. 1987

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 05 de maio de 2018.

Kottek, M. et al. **World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated**, Meteorologische Zeitschrift, Germany, 2006.

LEFEBVRE, H. [1968] 2008. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.

LEXML.**Rede de Informação Legislativa e Jurídica**: Disponível em :<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:1855-05-16;724>. Acesso em 17 de março de 2018

MANOEL, Joel Peixoto. **Tópicos da História de Muriaé**. Muriaé: Tipográfica, 2013.

MCMV. **Habitação Popular – Minha Casa Minha Vida**. Caixa Econômica Federal. Disponível em: www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/. Acesso em 05 de maio de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MURIAÉ. **Prefeitura Municipal de Muriaé**. Disponível em: www.muriae.mg.gov.br. Acesso em 15 de maio de 2018.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Como se constrói uma coletividade? Notas sobre memória e espaço no movimento de moradia de São Paulo**. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2012.

Pró-Moradia. **Obras Sociais Pró-Moradia**. Disponível em: <http://www.promoradia.com.br/>. Acesso em 05 de maio de 2018.

PURIS. **ONG PURIS de Ecologia**. Disponível em: <http://www.ongpuris.org.br/ongpuris/ospuris.html>. Acesso em 17 de março de 2018;

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 37-38.

SEMEGHINI, U. C. **Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

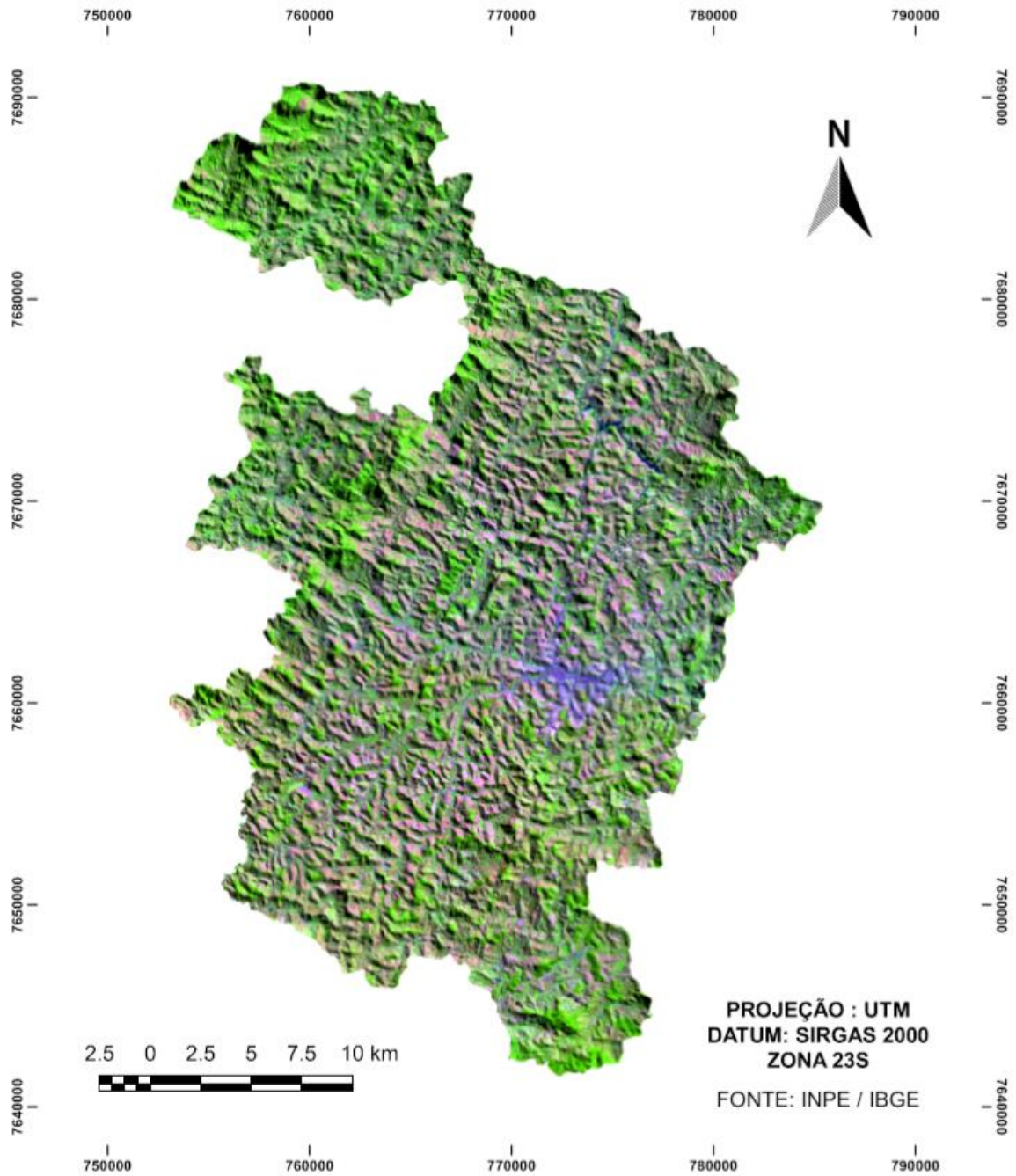
SESC. **Serviço Social do Comércio**. Disponível em: <http://www.sesc.com.br>. Acesso em 05 de maio de 2018.

STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; SOARES, Josarlete Magalhães; RIBEIRO, Isadora Maria Floriano. Guido Thomaz Marlière, o “semeador” de cidades na Zona da Mata Mineira. **Risco: Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 2012, n. 16, p.50-60, fev. 2012.

VEGGI, Carlos Augusto. **Fatores críticos de sucesso no desempenho de um pólo: O caso do arranjo produtivo local de indústrias de vestuário de Muriaé-MG**. Dissertação (Mestrado em Sistemas Integrados de Gestão). Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócio e Meio Ambiente – LATEC. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005.

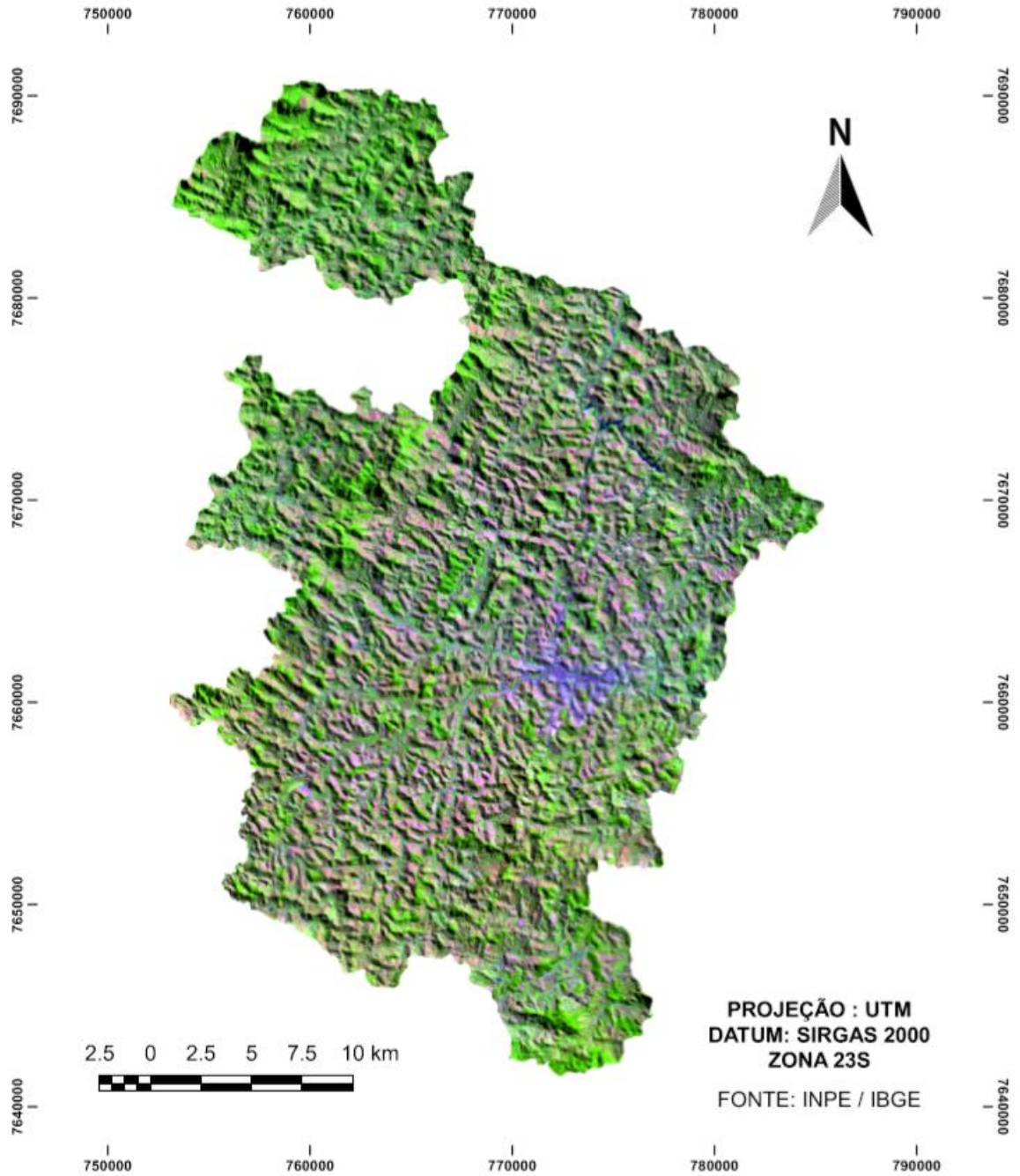
ANEXOS

MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG (1995) COMPOSIÇÃO COM FALSA COR - LANDSAT 5 TM



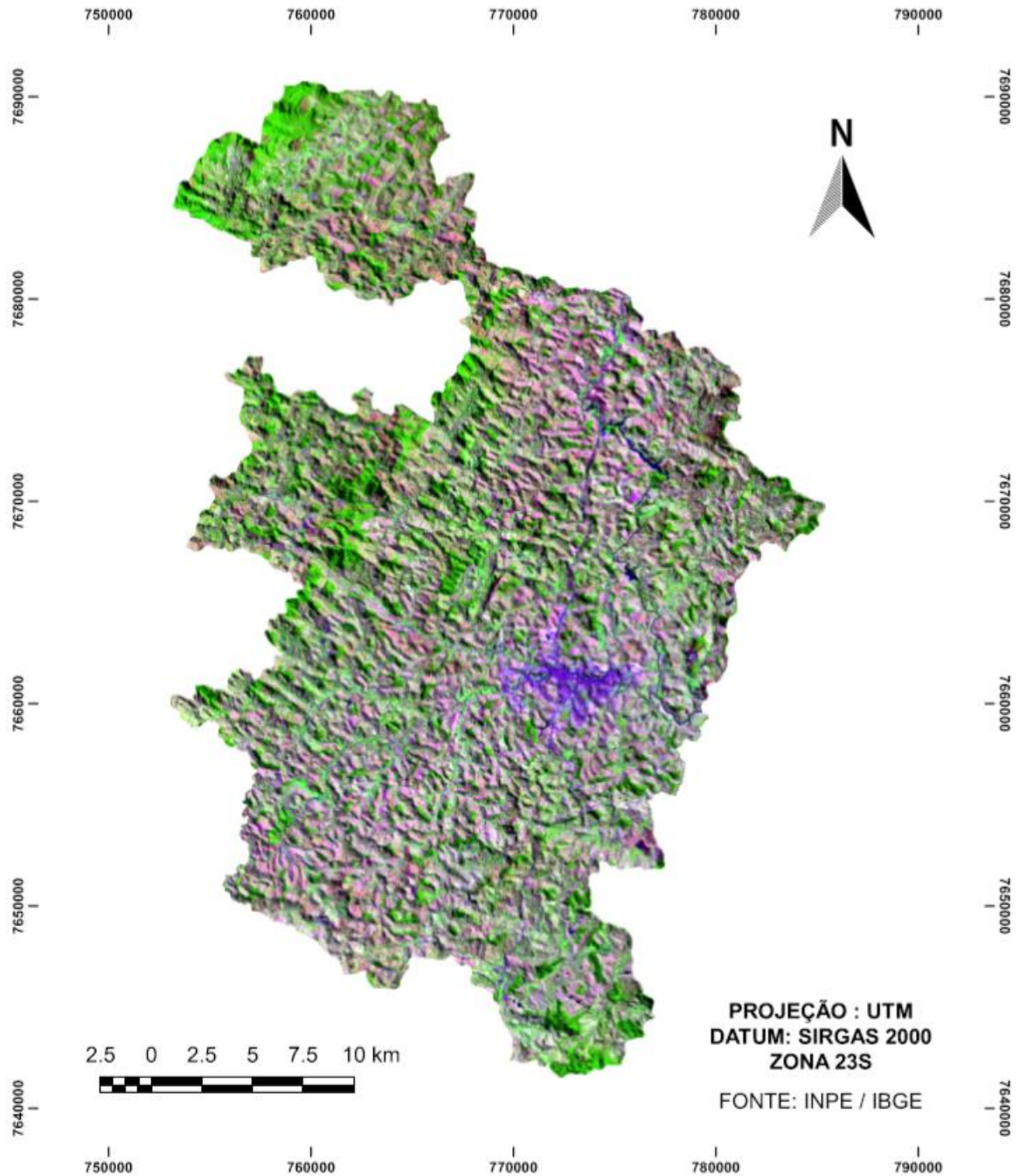
AUTOR : LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - ES80109
GEOGRAFIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG (1995)
COMPOSIÇÃO COM FALSA COR - LANDSAT 5 TM**



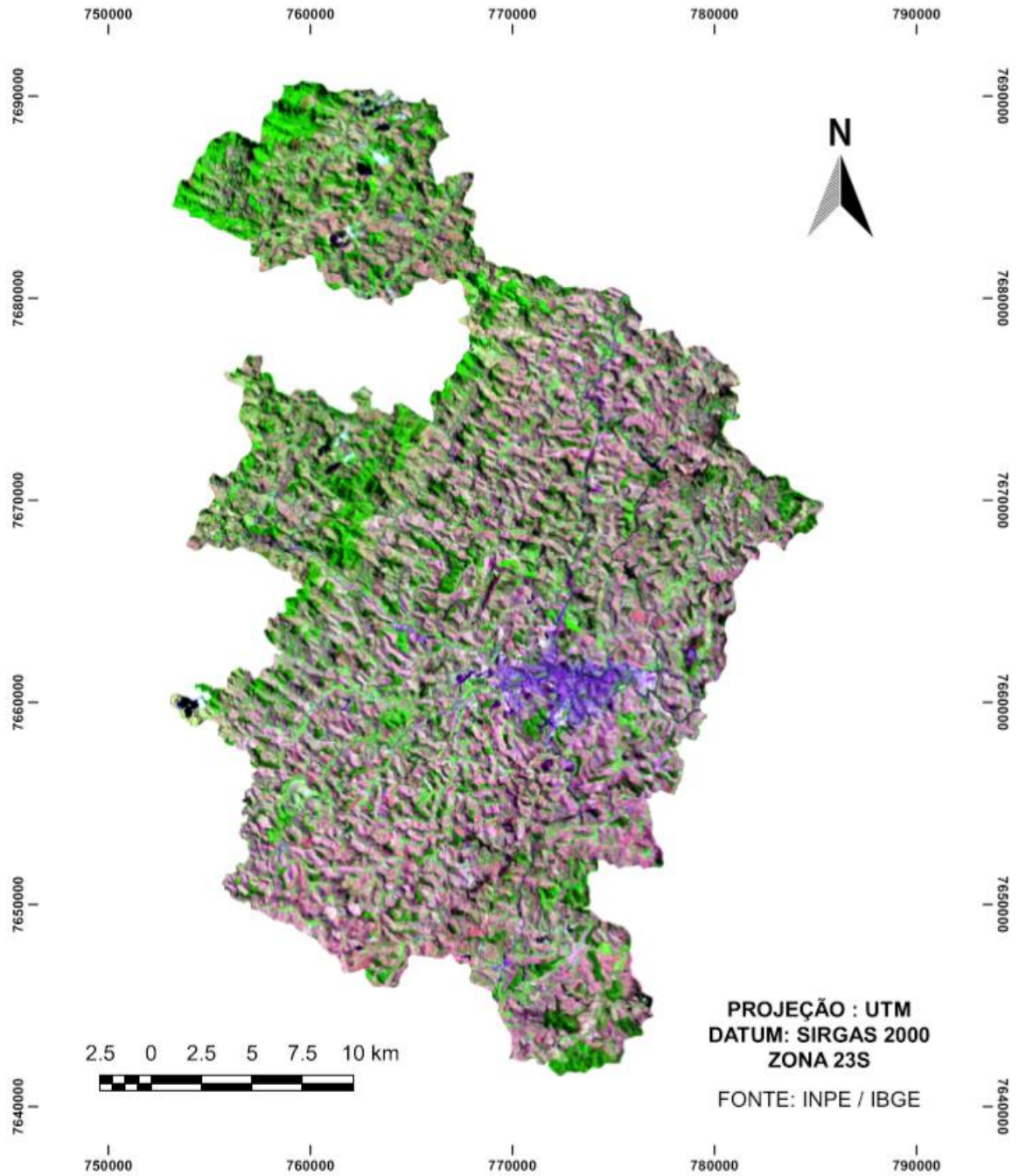
AUTOR : LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - ES80109
GEOGRAFIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG (2005)
COMPOSIÇÃO COM FALSA COR - LANDSAT 5 TM**



AUTOR : LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - ES80109
GEOGRAFIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG (2017) COMPOSIÇÃO COM FALSA COR - LANDSAT 8 OLI/TIRS



AUTOR : LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - ES80109
GEOGRAFIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

